

KARINE GABRIELA DE SOUZA

**TRIBUNAL DO JÚRI: O PRINCÍPIO DA ÍNTIMA
CONVICÇÃO DOS JURADOS EM FACE À CONSTITUIÇÃO
FEDERAL DE 1988.**

Trabalho monográfico apresentado como
requisito para conclusão do curso de
Bacharelado em Direito do Centro
Universitário de Brasília.

Orientador: Prof.^a Georges Seigneur

**BRASÍLIA
2009**

De que valem as leis, onde falta nos homens o sentimento de justiça.

Rui Barbosa

Dedico este trabalho à minha mãe, Fátima, por todo amor e confiança que depositou em mim, ao meu pai Henrique, que apesar de ausente em vida, esteve todo tempo presente em coração, e à minha irmã, Aline, por toda paciência e companheirismo.

Agradeço primeiramente a Deus, por me conduzir pelos caminhos certos, aos meus pais, que me proporcionaram esta oportunidade, à minha irmã, Aline, que está sempre ao meu lado, ao meu namorado, Leandro, pelo carinho e apoio, e às grandes amigas que me acompanharam nestes cinco anos.

RESUMO

Este estudo objetiva demonstrar o procedimento atual do Tribunal do Júri, onde os jurados votam de acordo com o princípio da íntima convicção, sem a necessidade de fundamentar as suas decisões. Esta forma de votação dos jurados não foi prevista pela Constituição Federal de 1988, mas sim pelo Código de Processo Penal. Por isso, cabe analisar este princípio da íntima convicção em face à Constituição Federal, mais especificamente quanto ao artigo 93, inciso IX da CF/88, que garante a publicidade dos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário e a motivação de todas as decisões judiciais, e, quanto à soberania dos veredictos e o sigilo das votações. Finalmente, este trabalho tem como escopo esclarecer que se os jurados fundamentassem suas decisões, não ocorreria afronta à Constituição Federal de 1988. A fundamentação das decisões é essencial para avaliar se a racionalidade da decisão determinou sobre o poder, demonstrar a existência de provas suficientes a afastar o princípio constitucional da presunção de inocência, garantir o contraditório e a plena defesa e etc. Ser o réu julgado através de qualquer elemento pelos jurados, sem a devida demonstração da motivação é contrário ao sistema adotado pelo processo penal contemporâneo e principalmente às garantias constitucionais.

Palavras-chaves: Tribunal do Júri – princípio da íntima convicção dos jurados – Constituição Federal de 1988 – necessidade de fundamentação das decisões.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 A INSTITUIÇÃO DO JÚRI	9
1.1 Origem e evolução do Tribunal do Júri.....	9
1.2 Histórico do Tribunal do Júri no Brasil	10
1.3 Direito comparado	13
1.3.1 Inglaterra e País de Gales.....	14
1.3.2 Escócia	14
1.3.3 Irlanda do Norte	15
1.3.4 República da Irlanda	15
1.3.5 Austrália	15
1.3.6 Canadá	16
1.3.7 Estados Unidos	16
1.3.8 Portugal	16
1.3.9 Espanha	17
1.3.10 Grécia	18
1.4 A organização do Júri brasileiro	18
1.4.1 Do Tribunal do Júri.....	18
1.4.2 Do Presidente do Tribunal do Júri.....	19
1.4.3 Dos jurados	21
1.4.3.1 Da função dos jurados.....	23
1.4.3.2 Do alistamento e do sorteio dos jurados.....	24
1.4.3.3 Da formação do Conselho de Sentença.....	25
1.4.3.4 Da incomunicabilidade dos jurados.....	25
1.4.3.5 Da responsabilidade dos jurados.....	27
2 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE NORTEIAM O TRIBUNAL DO JÚRI.....	29
2.1 Plenitude de defesa.....	29
2.2 Sigilo das votações.....	31
2.3 Soberania dos veredictos	33
2.4 Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.....	36
3 O PRINCÍPIO DA ÍNTIMA CONVICÇÃO DOS JURADOS EM FACE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	39
3.1 O princípio da íntima convicção e o artigo 93, inciso IX da Constituição Federal de 1988	39
3.2 O princípio da íntima convicção e a soberania dos veredictos	44
3.3 O princípio da íntima convicção e o sigilo das votações	46
4 CRÍTICAS AO PROCEDIMENTO ATUAL	50
CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS	60

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o princípio da íntima convicção dos jurados em face à Constituição Federal de 1988 para verificar se ocorreria afronta à Constituição caso os jurados passassem a fundamentar as suas decisões, e demonstrar a necessidade de justificação no julgamento.

Trata-se de um tema importante haja vista que o Tribunal do Júri é um órgão especial da justiça comum, regido por regras próprias, que devem ser interpretadas através de seus princípios. No entanto, o mundo sofreu diversas mudanças que a Instituição não conseguiu acompanhá-las.

No primeiro capítulo é demonstrada a origem e evolução do Tribunal do Júri, seu histórico no Brasil e um direito comparado para que se possa analisar a Instituição nos demais países e compará-la com a daqui.

Para melhor compreensão do procedimento do Tribunal do Júri, também é analisada no primeiro capítulo a organização do Júri brasileiro, desde a sua forma de julgamento à competência do Juiz Presidente e dos jurados.

Para analisar o princípio da íntima convicção em face à Constituição Federal, é necessário primeiramente estudar no segundo capítulo os princípios constitucionais inerentes ao Tribunal do Júri, quais sejam a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Estes princípios estão previstos no artigo 5º, inciso XXXVIII da Constituição Federal de 1988.

No terceiro capítulo, o princípio da íntima convicção dos jurados é abordado em face à Constituição Federal de 1988, mais especificamente quanto ao artigo 93, inciso IX da Constituição, o princípio da soberania dos veredictos e o do sigilo das votações.

Verifica-se que a não existência do princípio da íntima convicção dos jurados na Instituição e, por conseguinte, existindo a fundamentação nas decisões, não se viola as regras constitucionais.

O quarto, e último capítulo, critica o procedimento atual, reforçando que o Tribunal do Júri necessita de adaptações, demonstra o principal problema sobre o qual gravita esta monografia - necessidade de fundamentação das decisões proferidas pelos jurados – com o intuito de esclarecer que o modelo vigente merece ser aperfeiçoado, e, propõe novos critérios para a sua atuação.

Não se pretende com este trabalho demonstrar que o Tribunal do Júri é uma Instituição superada e defender a sua extinção. O que se pretende é adequá-lo às regras constitucionais vigentes, ao processo penal contemporâneo, às garantias do acusado e ao mundo moderno como um todo.

1 A INSTITUIÇÃO DO JÚRI

1.1 Origem e evolução do Tribunal do Júri:

Afirma Heráclito Antônio Mossin que “Procurou-se buscar suas origens nos heliastas gregos, nas *quaestiones perpetuae* romanas, porém ali não se verificou nenhum colegiado que pudesse ter, pelo menos, as características do tribunal do júri”.¹⁰

Encontravam-se tribunais parecidos entre o da Noruega, Suécia e Dinamarca.¹¹

Não é possível afirmar com certeza o lugar exato em que o Júri surgiu, no entanto, alguns doutrinadores vislumbram o seu nascimento na Inglaterra.¹²

Helio Tornaghi declara que no século XV começou a aparecer ao lado do júri comum o júri especial, que era composto de jurados distinguidos pelo saber e pela experiência que possuíam.¹³

O Tribunal do Júri começou a expandir-se pela Europa com a Revolução Francesa, e foi adotado por todos os países, menos Holanda e Dinamarca.¹⁴

Há doutrinadores que entendem que o autêntico embrião do tribunal popular brasileiro “se encontra em Roma, no segundo período evolutivo do processo penal, qual seja o do *sistema acusatório*, consubstanciado nas *quaestiones perpetuae*”, devido às grandes coincidências entre os institutos, pois tanto em Roma quanto no Brasil o Tribunal do Júri é formado por um magistrado que é incumbido de presidir os trabalhos e pelos jurados que julgam, além da idêntica forma de recrutamento, formação dos jurados por meio de sorteio, recusa de certos jurados sem ter que justificar, juramento dos jurados, decisão tomada por maioria de votos, soberania do veredicto e etc.¹⁵

Com o tempo, o Júri foi perdendo o seu prestígio na Europa, e abolido da Alemanha em 1924.¹⁶

Com o advento do fascismo na Itália o Tribunal do júri desapareceu. E, ao instaurar a República, criou-se o instituto do escabinado, confirmando o fim do tribunal popular.¹⁷

¹⁰ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 179.

¹¹ Idem.

¹² TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 13.

¹³ Appud. MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 181.

¹⁴ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 181.

¹⁵ TUCCI. op. cit. p. 15.

¹⁶ MOSSIN. op. cit.

¹⁷ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 181.

Na França, com a promulgação do Código de procedimento criminal de 1957/58 o júri foi transformado em escabinado, onde seus membros deliberam sobre o fato em conjunto com o magistrado, permitindo assim que os leigos discutam com os juízes juristas os pontos sobre direito.¹⁸

No México, o júri também foi abolido em 1929, com a justificativa de que o instituto não fazia justiça.¹⁹

No Chile, Urritia, professor em ambos os ramos do direito processual em Santiago, asseverou que:

[...] os juízes leigos contra-restam os perigos inerentes ao hábito de julgar dos juízes profissionais, aduz que, se esses resolvem com maior presteza os problemas, é porque são mais fáceis de ser elucidados em razão de sua continuada prática nas mesmas funções. Sustenta também que, do ponto de vista da injustiça de suas decisões e da exigência, *in casu* de responsabilidade da mesma, é mais segura a justiça do juiz de direito, porque, devendo acomodar-se às vias legais, têm os magistrados o dever de cumprir a lei e, senão, respondem pela torcida da administração da justiça, enquanto os jurados não têm a quem render-se quanto a seus atos, posto que apreciam os fatos conforme suas consciências.²⁰

Sendo assim, Urritia criticou as decisões proferidas pelos juízes leigos porque estes apreciam os fatos conforme o seu livre convencimento, dando favorecimento à justiça realizada pelos magistrados, pois são vinculados às ordens legais e podem ser responsabilizados caso não cumpram as exigências.

1.2 Histórico do Tribunal do Júri no Brasil

O Júri foi instituído no Brasil pela Lei de 18 de julho de 1822 que fixou sua competência apenas para o julgamento dos crimes de imprensa.²¹

Ele era composto de vinte e quatro “juízes de fato”, que eram cidadãos selecionados “dentre os homens bons, honrados, inteligentes e patriotas”. Da decisão destes cidadãos o recurso cabível era apelação encaminhada ao Príncipe.²²

Os cidadãos que compunham o Tribunal do Júri eram nomeados pelo Corregedor do Crime da Costa e Casa. Destes vinte e quatro cidadãos, o acusado poderia recusar dezesseis e os oito restantes compunham o conselho de julgamento.²³

¹⁸ Idem. p. 181-182.

¹⁹ Ibidem. p. 182.

²⁰ Ibidem.

²¹ TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 31.

²² TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 31.

Em 1824, a Constituição do Império determinou que fosse composto de juízes e jurados, cabendo aos jurados decidir sobre os fatos e os juízes aplicavam as leis.²⁴

O legislador desde então, cuidou de deixar impedidas de participar no mesmo conselho as pessoas que fossem ascendentes, descendentes, sogro, genro, irmãos, e cunhados.²⁵

Percebe-se então, que a legislação do Império muito influenciou no Código de Processo Penal vigente nos dias atuais.²⁶

Em 1841, foi criada a Lei nº 261 que modificou diversas formas do procedimento, entre elas, diminuiu-se o conselho de jurados e a pronúncia ou a impronúncia era competência dos delegados e subdelegados, sendo estas passadas pelo crivo do juiz municipal.²⁷

A Lei 2.033, de 20 de setembro de 1871, baixada pela princesa Isabel regente, em nome do Imperador Dom Pedro II, regulada pelo Decreto nº 4824, de 23 de novembro de 1871 foi um marco importante para a transição à República, que constituiu a base para a organização do Júri neste período.²⁸

O Decreto de 11 de outubro de 1890, nº 848, criou o Júri Federal. O conselho de jurados era composto por 12 juízes, que eram sorteados entre 36 cidadãos.²⁹

Importante salientar também que este decreto publicado em 1890, referente ao júri federal, estabeleceu que as decisões fossem tomadas por maioria de votos e, havendo empate, favoreceria o acusado; suas decisões eram apeláveis ao Supremo Tribunal Federal; era permitido o protesto por novo júri.³⁰

Atualmente, os júris federais só julgam os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados, assim como os da justiça estadual.

A Constituição de 1934 previu em seu artigo 72: “É mantida a instituição do júri, com a organização e as atribuições que lhe der a lei”. Ou seja, previu-se da mesma forma que nos dias de hoje, devendo a organização do júri ser feita por lei ordinária, e cabendo também a esta disciplinar as atividades do colegiado. No entanto, o diploma constitucional de 1934, colocou a instituição do júri fora dos direitos e garantias individuais.³¹

²³ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 185.

²⁴ TUCCI. op. cit.

²⁵ MOSSIN. op. cit. p. 186.

²⁶ Idem.

²⁷ Ibidem. p. 185-186.

²⁸ Ibidem. p. 190.

²⁹ Ibidem. p. 191.

³⁰ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 191.

³¹ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 192-193.

As demais Cartas constitucionais, de 1937, 1967, 1969 e a de 1988 dispuseram sobre o júri da mesma forma. Nesse sentido, destacou o Ministro Costa Manso:

[...] ela nem declarou que o Júri era mantido como existia na época de sua promulgação, nem determinou que fossem guardados tais ou tais elementos característicos. Foi mais longe: confiou ao critério do legislador ordinário não só a “*organização*” do Júri, senão também a enumeração de suas “*atribuições*”.³²

Sem dúvida, a intenção da Assembléia Constituinte era atender a necessidade de uma reforma na instituição, de acordo com os ensinamentos da ciência penal atual e as exigências da defesa social em combate ao crime.³³

Quanto ao Júri da imprensa, este foi regulado pela Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953, que previu a competência para julgar os crimes de imprensa, sendo o Tribunal composto de um Juiz de Direito, que tinha voto, e de quatro cidadãos sorteados dentre vinte e um jurados da Comarca.³⁴

Sendo assim, o Tribunal do Júri que era competente para julgar os crimes de imprensa não era equivalente ao dos dias atuais, haja vista que naquele além dos jurados, o juiz presidente também julgava o crime.

Em 1951, foi instituído o Júri da economia popular pela Lei nº 1.521, que era composto de um juiz presidente, e vinte jurados sorteados dentre os eleitores de cada zona eleitoral, de uma lista composta por cento e cinquenta a duzentos eleitores, cinco dos quais constituiriam o conselho de sentença. Esta lista era composta por pessoas de notória idoneidade, assim como nos dias atuais, mas tinham a preferência pelos chefes de família e as donas de casa.³⁵

O julgamento do júri da economia popular também era feito em sala secreta, na presença do juiz, escrivão e de um oficial de justiça, bem como dos acusadores e defensores. Formulavam um único quesito, indagando se o réu praticou ou não o crime que estava sendo imputado a ele. Se o acusado fosse condenado, o juiz que presidiu a sessão lavrava a sentença.³⁶

Destas decisões, cabia-se apelação sem efeito suspensivo.³⁷

³² Apud. TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 33.

³³ TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 33.

³⁴ MOSSIN. op. cit. p. 197.

³⁵ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 198.

³⁶ Idem. p. 199.

³⁷ Ibidem.

O Júri da economia popular foi abolido em 1969, pela Emenda Constitucional nº 1.³⁸

A Constituição vigente reconhece em seu artigo 5º, ou seja, no rol dos direitos e garantias fundamentais, inciso XXXVIII, a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, no entanto, assegura a plenitude de defesa, soberania dos veredictos e a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

Após este retrospecto histórico, é importante salientar que desde o Brasil Império até a República de hoje, mesmo diante das alterações que a instituição passou, algumas peculiaridades jamais foram abaladas, entre elas:³⁹

- a) Caráter público, contraditório e oral;
- b) Divisão do procedimento em duas fases;
- c) Composição do órgão julgador pelo juiz togado (magistrado) e pelos juízes de fato (jurados);
- d) A forma de recrutamento dos jurados.

1.3 Direito comparado

Verificar o tratamento conferido ao Tribunal do Júri em outros países servirá para auxiliar na conclusão deste trabalho que tem como escopo analisar o princípio da íntima convicção conferido aos jurados no sistema do Júri no Brasil em face à Constituição Federal de 1988.

Alguns países, como Portugal, Espanha e Grécia possuem expressamente em seus sistemas legislativos o Tribunal do Júri, no entanto, o sistema utilizado não passa de um escabinado. Já na Itália, França, Alemanha, Bélgica e Suíça impera o escabinado abertamente, onde os juízes togados participam do julgamento juntamente com o povo, que não deixa de ser também uma forma de júri.⁴⁰

1.3.1 Inglaterra e País de Gales:

Em nenhum momento, trata-se do júri como garantia fundamental. Inclusive, na Inglaterra, o uso do Tribunal do Júri tem diminuído, chegando a 3% dos julgamentos criminais, devido ao fato de que em 1967 o veredicto unânime para condenação

³⁸ Ibidem.

³⁹ TUCCL, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 33-34.

⁴⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri**: princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 64.

deixou de ser a regra. Além disso, uma lei de 1977 reclassificou vários crimes, restando apenas o homicídio (doloso e culposo) e o estupro de competência do Tribunal do Júri para julgamento, pois o julgamento pelo júri leva muito tempo e custa três vezes mais do que os realizados pelos juízes togados.⁴¹

Ainda assim, os advogados preferem trabalhar com o júri porque entendem que os magistrados pendem em favor do trabalho realizado pela polícia. No entanto, as estatísticas mostram o contrário, pois o índice de absolvição proferido pelos juízes togados é de 48% contra 46% do Tribunal Popular.⁴²

Os debates e a votação ocorrem em uma sala secreta, com o intuito de evitar que irregularidades possam ser levadas à impetração de recurso pelas partes, ficando os jurados proibidos de contar o que ocorreu na sala, nem mesmo prestar informações à imprensa. Quem não cumpre isso, pratica o crime de desobediência.⁴³

Cabe recurso contra as decisões do Tribunal do Júri, porém poucos são providos porque desconhecem os motivos que levaram os jurados a tomarem aquela decisão, haja vista que o veredicto é imotivado.⁴⁴

1.3.2 Escócia:

O acusado na Escócia não tem o direito de optar pelo procedimento do Júri porque esta decisão cabe à acusação, dependendo da gravidade da infração, antecedentes do acusado e interesse público. Por isso, o julgamento pelo Tribunal do Júri não é uma garantia fundamental do cidadão.⁴⁵

Devem existir três pilares no julgamento, sendo eles a confirmação da prova, a possibilidade de ser proferido um julgamento não por unanimidade, mas por maioria, e um terceiro tipo de veredicto que é o “não provado”. Além do veredicto “culpado” ou “inocente”, existe o “não provado”, que possui o mesmo significado da absolvição por falta de provas prevista no Código de Processo Penal brasileiro.⁴⁶

Entendem que a publicidade deva ser totalmente vedada, pois ela tende a influenciar o julgamento realizado pelos jurados.⁴⁷

⁴¹ Idem. p. 64-65.

⁴² Ibidem. p. 65.

⁴³ Ibidem. p. 65-66.

⁴⁴ Ibidem. p. 66.

⁴⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 66-67.

⁴⁶ Idem. p. 67.

⁴⁷ Ibidem.

1.3.3 Irlanda do Norte:

A maioria dos crimes cometidos na Irlanda, por ser um país que existe apoio popular para a violência, são os ligados ao terror, sendo assim, o Tribunal do Júri não é um direito fundamental do cidadão. Devido a esta violência, os jurados ficam com medo de condenar e as testemunhas intimidadas para depor.⁴⁸

1.3.4 República da Irlanda:

Assim como na Inglaterra, o júri constitui um direito fundamental do cidadão. Está previsto na Constituição, mas possui exceções, que são os casos que atentam contra a ordem pública, os militares e infrações de menor potencial ofensivo.⁴⁹

1.3.5 Austrália:

Na Austrália, o Tribunal popular é competente para julgar os crimes que são sujeitos à denúncia escrita.⁵⁰

A instituição do Júri está em grande declínio no país, sendo Victória o único estado que mantém o rito.⁵¹ Neste sentido, dizem Elizabeth Ellis, John Goldring e Chris Diekman que:

A diminuição dos julgamentos pelo júri é resultado de uma pressão conjunta feita pela polícia, por companhias de seguro e outros interesses camuflados, o que é lamentável, pois tais julgamentos constituem uma pressão freqüente sobre as leis, para que estas não se distanciem demais do sentimento popular.⁵²

Mas ainda sim, existem outras formas de participação popular no Judiciário, entre eles o escabinado e a arbitragem.⁵³

1.3.6 Canadá:

A Declaração de Direitos canadense prevê ao acusado da prática de qualquer delito o direito a um julgamento além de justo e público, realizado por um tribunal

⁴⁸ Ibidem. p. 68.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem. p. 69.

⁵¹ Ibidem. p. 70.

⁵² Apud. NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri**: princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 70.

⁵³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri**: princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 70.

imparcial e independente, não fazendo qualquer referência ao júri. Por este motivo, o julgamento pelo Tribunal Popular tende a entrar em desuso, pois não necessariamente o julgamento justo e independente deva ser feito por seus pares.⁵⁴

1.3.7 Estados Unidos:

Nucci ensina o procedimento americano de escolha dos jurados pelas partes:

A formação do Conselho de Sentença é precedida do procedimento denominado *voir dire*, que significa a possibilidade de as partes fazerem perguntas aos jurados, sobre temas variados, de modo a conhecer, de antemão, seus posicionamentos interiores, podendo, então, recusá-los.⁵⁵

O júri americano é uma nítida garantia ao indivíduo, no entanto, não possui a mesma força que no Brasil, pelo fato de que lá o acusado tem a possibilidade de abrir mão do seu direito ao julgamento pelo júri, enquanto que aqui esta regra é irrenunciável.⁵⁶

1.3.8 Portugal:

O Tribunal do Júri de Portugal compõe-se de três juízes e quatro jurados efetivos, presidido por um dos magistrados. A decisão é tomada por maioria de voto. Delibera-se em uma sala secreta, mesmo que lá não impere o sigilo do voto.⁵⁷

A votação ocorre da seguinte forma:

Os juízes togados e leigos conversam entre si e expõem as razões que os levam a votar num ou noutro sentido, até chegarem ao momento da votação, que se dá na seguinte ordem: primeiro votam os jurados, por ordem crescente de idade; depois, os juízes, a começar pelo de menor antiguidade de serviço. Por último, vota o presidente.⁵⁸

Não se registra nos autos o que foi discutido na sala secreta, sendo vedado aos juízes e jurados declararem o que aconteceu lá dentro, podendo ser responsabilizados criminal e disciplinarmente em caso de descumprimento.⁵⁹

O júri decide questões de fato e matérias de direito, decidindo até mesmo sobre a aplicação da pena.⁶⁰

⁵⁴ Idem. p. 71.

⁵⁵ Ibidem. p. 72.

⁵⁶ Ibidem. p. 73.

⁵⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 74.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Ibidem.

Em Portugal, o Tribunal do Júri só atua quando for requerido por alguma das partes.⁶¹

Segundo Eliana Gersão:

A participação de cidadãos no exercício do poder judicial é considerada algo de “esquisito” e encarada com um espírito mais ou menos velado de desconfiança ou mesmo de má vontade por muitos sectores dos profissionais do direito e mesmo da opinião pública em geral.⁶²

Na verdade, não há Tribunal do Júri em Portugal, mas sim um escabinado, pois os juízes e jurados se reúnem para juntos decidirem a causa.

1.3.9 Espanha:

O júri é um órgão de participação popular, mas não é um direito individual do homem.⁶³ Caracteriza-se da seguinte maneira:

Participação dos cidadãos leigos na administração da justiça; pronunciamento exclusivo sobre os fatos, com aplicação do direito pelos juízes togados; natureza transitória, reunindo-se somente para a decisão de um caso concreto; não incorre em responsabilidade pela decisão que adota.⁶⁴

1.3.10 Grécia:

Consideram alguns doutrinadores que o Tribunal do Júri mudou de forma, não tendo sido abolido, pois criaram cortes mistas, que se compõem de um juiz de 2º grau (presidente), três juízes de 1º grau mais três jurados.⁶⁵

Esta corte mista decide sobre a inocência ou não do acusado, delibera sobre a sentença e penas acessórias. As questões legais ficam apenas a cargo dos quatro magistrados. Se por um acaso houver empate, o competente para desempate é o presidente.⁶⁶

1.4 A organização do Júri brasileiro

1.4.1 Do Tribunal do Júri:

⁶¹ Ibidem. p. 75.

⁶² Apud. NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri**: princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 75.

⁶³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri**: princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 76.

⁶⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri**: princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 76.

⁶⁵ Idem. p. 77.

⁶⁶ Ibidem.

O Tribunal do Júri não é uma corte permanente, ela se constitui apenas quando os processos já se encontram para serem julgados, e se dissolve tão-logo o julgamento acaba.⁶⁷

A duração temporária da instituição diz respeito a sua composição, haja vista que as pessoas são convocadas para servir em uma determinada época de sessões, integrando o Conselho de Sentença.⁶⁸

O Presidente do Tribunal, ao contrário, é permanente. Deve ele estar a todo o tempo não só organizando o Júri, como também dirigindo os seus trabalhos.⁶⁹

Segundo o artigo 447 do Código de Processo Penal, o Júri é composto de um juiz togado, que será o seu presidente e de vinte e cinco jurados, que serão sorteados entre aqueles foram alistados, mas apenas sete destes irão constituir o Conselho de Sentença em cada sessão de julgamento.

Formado o tribunal, ele se reúne à época das sessões, presidido pelo Presidente do júri. É a chamada reunião do Júri.⁷⁰

Borges da Rosa distingue reunião do júri de sessão do júri:

É aqui o momento de se precisar a distinção dentre *reunião* e *sessão* do Tribunal. *Reunião* é o ajuntamento, nas épocas legais, das diversas pessoas que figuram na composição do Tribunal do Júri, dure esse ajuntamento, que faz o Tribunal coletivo, um, dois, três, ou mais dias. *Sessão* é o funcionamento diário do Tribunal nos diversos processos submetidos a julgamento durante a reunião ordinária ou extraordinária.⁷¹

No entanto, deve se ater que o Código de Processo Penal usa a expressão “sessão periódica” com o mesmo significado de reunião. Quando o Tribunal julga mais de um processo no mesmo dia, houve nesse dia duas sessões.⁷²

CHIOVENDA ensina que todo juízo ou tribunal “tem outros órgãos além do judiciário, tais como o escrivão e o oficial de justiça, estruturados de forma às vezes complexa e que servem como auxiliares do juízo”.⁷³

O Tribunal do Júri será instalado após o Juiz presidente verificar se contém as cédulas dos 25 jurados que foram sorteados, e o escrivão proceder à chamada dos mesmos.

⁶⁷ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 121.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Ibidem. p. 123.

⁷⁰ MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 204.

⁷¹ Apud. MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 204-205.

⁷² MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 126.

⁷³ Apud. MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 122.

Comparecendo, pelo menos, 15 jurados, o presidente declarará instalados os trabalhos. Consoante preceitua os artigos 462 e 463 do Código de Processo Penal.

1.4.2 Do Presidente do Tribunal do Júri:

A Presidência do Júri compete a um juiz togado.

A função de presidente inicia-se com o sorteio do Júri, cabendo também à presidência, organizar o corpo de jurados anualmente.⁷⁴

Por fim, compete ao Presidente integrar o Tribunal e dirigir as sessões de julgamento.⁷⁵

O juízo da Presidência pode ser competente para dirigir o trabalho não só na sessão de julgamento, mas também durante a fase de formação da culpa. Porém, nada impede que ele assuma a direção apenas a partir da preparação do julgamento ao Plenário, ou até mesmo só dirigindo os trabalhos no dia do julgamento.⁷⁶

“Identidade física do juiz é exigida, apenas, na Presidência de cada sessão de julgamento. O juiz que dê início aos trabalhos da sessão, deve ser o mesmo até o encerramento desta”.⁷⁷

No Brasil, assim como no Júri Inglês, impera-se o princípio do juízo monocrático, cabendo a apenas um juiz togado a direção dos trabalhos.⁷⁸

O juízo da Presidência pode estar afeto a um juiz permanente. No entanto, a lei local pode estabelecer um rodízio para o seu exercício, de modo a tornar um caráter temporário. O que se deve cumprir é a designação de magistrados vitalícios para a Presidência.⁷⁹

O artigo 497 do Código de Processo Penal prevê as seguintes atribuições ao Presidente do Tribunal do Júri:

- a) Regular a polícia das sessões e prender os desobedientes;
- b) Requisitar o auxílio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade;

⁷⁴ MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 211.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 211.

⁷⁸ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 127.

⁷⁹ Idem. p. 131.

- c) Dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes;
- d) Resolver as questões incidentes que não dependam de pronunciamento do júri;
- e) Nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso, podendo, neste caso, dissolver o Conselho e designar novo dia para o julgamento, com a nomeação ou a constituição de novo defensor;
- f) Mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença;
- g) Suspender a sessão pelo tempo indispensável à realização das diligências requeridas ou entendidas necessárias, mantida a incomunicabilidade dos jurados;
- h) Interromper a sessão por tempo razoável, para proferir sentença e para repouso ou refeição dos jurados;
- i) Decidir, de ofício, ouvidos o Ministério Público e a defesa, ou a requerimento de qualquer destes, a arguição de extinção de punibilidade;
- j) Resolver as questões de direito suscitadas no curso do julgamento;
- l) Determinar, de ofício ou a requerimento das partes ou de qualquer jurado, as diligências destinadas a sanar nulidade ou a suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade;
- m) Regular, durante os debates, a intervenção de uma das partes, quando a outra estiver com a palavra, podendo conceder até 3 (três) minutos para cada aparte requerido, que serão acrescidos ao tempo desta última.

Estas atribuições do Juiz Presidente são exeqüíveis durante as sessões, mas podem competir a ele também alguns atos preparatórios para o julgamento. O artigo 424 do Código de Processo Penal afirma a possibilidade da lei de organização judiciária local prever a competência de preparação do julgamento a outro que não seja o Presidente.

Uma de suas principais atribuições é a de resolver questões incidentes durante o Plenário, que não dependam da decisão do Júri. Além disso, o Juiz resolve as questões de direito suscitadas no decurso do julgamento, como por exemplo, a organização dos quesitos, levando em conta os termos da pronúncia ou das decisões que ensejaram admissível a acusação, e o encaminhamento da votação do questionário.⁸⁰

⁸⁰ MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 213.

Ao declarar que cabe ao juiz resolver as questões de direito suscitadas, o Código quis dizer que o Juiz deve aplicar a lei às respostas dos jurados, enquadrando na ordem legal o veredicto do Conselho de Sentença.⁸¹

Cabe ao Presidente da sessão, o magistrado, proferir a sentença, nos termos do artigo 492 do Código de Processo Penal, em consonância com o que foi decidido pelos jurados.

O Presidente tem também poder de polícia, pois incumbe a ele regular a polícia das sessões e mandar prender os desobedientes.

Observa Vincenzo Manzini que embora partido de uma autoridade judiciária, estes atos de coação direta caracterizam atos de polícia que fazem com que o julgamento se desenrole ordenadamente.⁸²

1.4.3 Dos jurados:

Firmino Whitaker conceitua jurado como “o cidadão incumbido pela sociedade de declarar se os acusados submetidos a julgamento do Júri são culpados ou inocentes”.⁸³

No entanto, esta conceituação não pode ser dada como correta, pois o jurado não se limita apenas em dizer se o réu é culpado ou inocente, ele decide também os limites e os pressupostos da pena que será imposta a ele. Além disso, o jurado não é incumbido pela sociedade como foi afirmado, haja vista que ele não exerce nenhum tipo de mandato popular.⁸⁴

O jurado é um órgão leigo e temporário, investido, por lei, de atribuições jurisdicionais. Estas atribuições consistem em pronunciar o veredicto, decidindo sobre a existência de autoria e materialidade, ou seja, proferem a decisão no sentido de que ocorreu ou não o crime, e, ocorrendo este, se foi o réu que o cometeu.⁸⁵

Neste sentido, explica Mossin:

Derivado do latim *juratus* (afirmado com juramento), é a denominação geralmente atribuída à pessoa que é chamada ao tribunal do júri, para deliberar a respeito da imputação, submetida a sua apreciação, opinando pela procedência ou improcedência da pretensão punitiva, ou mesmo pelo reconhecimento de fato típico que não seja de sua competência natural.⁸⁶

⁸¹ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 147.

⁸² Apud. MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 139.

⁸³ Apud. MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 148.

⁸⁴ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 148.

⁸⁵ Idem. p. 149.

⁸⁶ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri: crimes e processos**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 351.

O jurado julga somente as matérias de fato ao votar os quesitos, cabendo ao Juiz Presidente, como já explicado anteriormente, resolver as matérias de direito, entre estas, a lavratura da sentença, nos moldes do que foi decidido pelos jurados.

Ele não fundamenta o seu voto, pois o profere por votação de quesitos, respondendo de maneira negativa ou positiva, mediante a colocação na urna de cédula contendo “sim” ou “não”. Desse modo, os motivos que o levaram a decidir daquela forma não são transparecidos por meio de fundamentação falada ou escrita de seus votos.⁸⁷

O nome jurado advém do juramento que estes prestam, prometendo deliberar “segundo sua honra, consciência e verdade dos fatos”.⁸⁸

1.4.3.1 Da função dos jurados:

Segundo o artigo 436 do Código de Processo Penal, para ser jurado o indivíduo deve ser maior de 18 anos de idade e possuir notória idoneidade.

Pessoas de má fama, vadios e os que se envolvem em atividades ilícitas não podem servir ao Júri. Além deles, os que não sabem ler e escrever em português e os que se encontram em determinados cargos que são incompatíveis com a função também não podem ser jurados.⁸⁹

O serviço do júri é obrigatório, não podendo se esquivar de servir por razões de cor ou etnia, raça, sexo, credo, origem ou grau de instrução, classe social ou econômica. A recusa fundada nestes motivos ocasiona a suspensão dos direitos políticos se não prestar serviços alternativos.

Sendo o júri obrigatório, Ari Franco explica que “o jurado só poderá deixar de comparecer mediante apresentação do motivo que a lei denominou causa legítima”.⁹⁰

O artigo 436, §2º do Código de Processo Penal salienta que a recusa injustificada acarretará multa no valor de 1 a 10 salários mínimos, dependendo das condições financeiras do jurado.

Estão isentos do serviço do júri: o Presidente da República e os Ministros de Estado; os Governadores e seus respectivos Secretários; os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; os Prefeitos Municipais; os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; as autoridades e os

⁸⁷ MARQUES. op. cit. p. 188-189.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 154-155.

⁹⁰ Idem. p. 173.

servidores da polícia e da segurança pública; os militares em serviço ativo; os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa e aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento.

O exercício efetivo da função de jurado constitui serviço público relevante, estabelecendo ao jurado presunção de idoneidade moral e direito a prisão especial enquanto estiver sendo réu em processo penal no caso de crime comum. Além disso, o jurado terá preferência, em igualdade de condições, nas licitações e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, e nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária.

É importante frisar que estas vantagens são atinentes somente àqueles jurados que tenha servido efetivamente em julgamento, não cabendo às pessoas que estejam alistadas, mas que não participaram do Conselho de Sentença. Além destas, não faz jus às referidas regalias quem não se mostrou assíduo, pois efetivo exercício significa participar do Conselho de Sentença e comparecer sempre que convocado às sessões.⁹¹

1.4.3.2 Do alistamento e do sorteio dos jurados:

Consoante dispõe o artigo 425 do Código de processo Penal, o Presidente do Tribunal do Júri, anualmente, faz o alistamento de 800 (oitocentos) a 1.500 (um mil e quinhentos) jurados nas comarcas de mais de 1.000.000 (um milhão) de habitantes, de 300 (trezentos) a 700 (setecentos) nas comarcas de mais de 100.000 (cem mil) habitantes e de 80 (oitenta) a 400 (quatrocentos) nas comarcas de menor população.

O Juiz pode requisitar associações de classe, sindicatos profissionais, instituições públicas e etc. para indicarem cidadãos que preencham os requisitos legais. Com isso, o nosso Código deixa a cargo do juiz a organização da lista anual dos jurados.

“Necessário é, porém, que os juízes sigam a orientação da lei e não façam, como é comum, lista de jurados em que somente entram pessoas de elevada posição social”.⁹²

A lista geral dos jurados, com indicação das profissões de cada um deve ser publicada pela imprensa até o dia 10 de outubro de cada ano e afixadas à porta do Tribunal do Júri, podendo esta ser alterada de ofício pelo Juiz ou por reclamação de qualquer do povo até o dia 10 de novembro, que será feita a sua publicação definitiva.

⁹¹ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 158.

⁹² MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 194.

Por isso, afirmou Borges da Rosa que “a publicação da lista provisória se destina à reclamação de qualquer do povo; e a publicação da lista definitiva se destina à ciência dos cidadãos que possam compor o corpo de jurados do ano próximo vindouro”.⁹³

O jurado que integrou o Conselho de Sentença nos dozes meses anteriores à publicação da lista geral, ficará excluído desta lista.

Anualmente, a lista será obrigatoriamente completada.

O Juiz deve determinar que se intime o Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil e a Defensoria Pública para acompanharem o sorteio dos jurados.

Não será adiada a audiência de sorteio se as partes não comparecerem.

O sorteio, presidido pelo juiz, deve ser feito a portas abertas, pois é exigido publicidade neste ato.⁹⁴

O juiz deve retirar as cédulas até completar 25 jurados para a reunião periódica ou extraordinária. O não sorteado, pode ter seu nome novamente incluído para participar do sorteio.

1.4.3.3 Da formação do Conselho de Sentença:

O juiz verificará se na urna contém os nomes das 25 pessoas anteriormente sorteadas. Para que sejam abertos os trabalhos, se faz necessário apenas a presença de 15 destas 25 pessoas.

Não havendo o quorum mínimo, o artigo 464 do Código de Processo Penal esclarece que deve ser sorteado o número de suplentes necessários.

Feito isso, o Juiz Presidente irá sortear sete para a formação do Conselho de Sentença. À medida que estes sete forem sorteados, a defesa e depois a acusação poderão recusar até três jurados cada parte, sem ter que motivar.

Formado o Conselho de Sentença, o Presidente fará aos jurados a exortação prevista no artigo 472, do Código de Processo Penal:

Em nome da lei, concito-vos a examinar esta causa com imparcialidade e a proferir a vossa decisão de acordo com a vossa consciência e os ditames da justiça. Os jurados, nominalmente chamados pelo presidente, responderão: Assim o prometo.⁹⁵

1.4.3.4 Da incomunicabilidade dos jurados:

⁹³ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 165.

⁹⁴ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 169.

⁹⁵ BRASIL. **Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 26 maio 2009.

O juiz deve advertir os jurados de que não poderão comunicar-se entre si e com outrem, uma vez sorteados, nem mesmo manifestar sua opinião sobre o processo, sob pena de ser excluído do Conselho de Sentença e incorrer em multa.

Firmino Whithaker afirma que “a lei, exigindo a incomunicabilidade, pretendeu garantir a independência dos jurados e a verdade das decisões. Só a própria convicção os deve guiar no julgamento”.⁹⁶

Para Magarino Torres a incomunicabilidade é hoje uma espécie de princípio, “que não é condição material e absoluta, mas relativa e dependente da apreciação do presidente do Tribunal quanto ao efeito que possa ter sobre a liberdade do julgamento do jurado”.⁹⁷

A incomunicabilidade foi prevista segundo a maioria da doutrina para assegurar o mérito do julgamento, e tem como objetivo deixar o jurado impedido de exteriorizar sua opinião, para não favorecer ou prejudicar as partes.⁹⁸

A doutrina também argumenta que a finalidade da incomunicabilidade é garantir a imparcialidade e independência dos jurados. Porém, sustentam que esta garantia na essência é das partes, e não dos jurados, haja vista que um julgamento imparcial é um direito que interessa diretamente às partes envolvidas no processo.⁹⁹

O relator Costa Leite, ex-ministro do Superior Tribunal de Justiça, salientou em um dos seus votos que “A lei processual penal, ao impedir que os jurados manifestem opinião sobre o processo, intenta garantir a independência do convencimento de cada um”.¹⁰⁰

Não se quebra à regra da incomunicabilidade quando os jurados indagam ao Juiz Presidente sobre questões de fato, com a intenção de sanar dúvidas, pois a incomunicabilidade inerente aos jurados é relativa.¹⁰¹

O Juiz Presidente ao responder as questões apontadas pelos jurados deve ser bastante cauteloso, para não acabar por emitir opinião própria, que sugira elementos de convicção. Ele deve fazer de tudo para que o seu posicionamento não interfira no ânimo dos jurados.¹⁰²

⁹⁶ Apud. MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 253.

⁹⁷ Apud. MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 181.

⁹⁸ TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 260.

⁹⁹ Idem. p. 263.

¹⁰⁰ Apud. TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 263.

¹⁰¹ TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 264.

¹⁰² Idem.

Como já afirmado acima, a incomunicabilidade exigida é relativa, e desse modo, não se decreta nulidade sem que se demonstre algum prejuízo acarretado por ela.¹⁰³

Reflexos desta relativização é a permissão que o jurado tem de comunicar-se, desde que não se comunique quanto ao mérito ou aspectos reveladores de sua opinião quanto ao processo. Os jurados podem falar entre si, o que não pode é externar opiniões e convicções sobre o caso que está sendo julgado.¹⁰⁴

Estes momentos onde são permitidos que os jurados se comuniquem devem ser acompanhados pelas partes, haja vista que o princípio da publicidade e o da moralidade processual asseguram isso.¹⁰⁵

A incomunicabilidade é certificada nos autos através do oficial de justiça.

1.4.3.5 Da responsabilidade dos jurados:

O jurado é responsável criminalmente da mesma forma que são os juízes togados, pois ele também exerce função jurisdicional, embora com o caráter temporário, deve ser responsabilizado se praticar atos, no exercício do cargo, que violem a lei penal.¹⁰⁶

O jurado não tem o dever de fundamentar o seu julgamento, no entanto, Magalhães Drumond assevera:

A sanções penais sujeitar-se-á só o que deixar de ser juiz de consciência para se transformar em juiz prevaricador, tendencioso, venal, desidioso. Aliás, a punição pelo voto dado em sã consciência far-se-ia impossível na nova organização do júri, na qual o voto do jurado continua secreto. Só nas decisões unânimes far-se-á conhecido o voto de cada um. Mas, nessa unanimidade mesma não estaria desde logo uma presunção de acerto na decisão? Em todo o caso, houvesse o propósito de responsabilizar o jurado pelo acerto – ou desacerto do voto – e necessariamente não se conservaria na lei o processo de votação secreta.¹⁰⁷

É importante salientar que esta unanimidade afirmada por Magalhães Drumond não é mais possível de ocorrer, pois com o advento da Lei 11.689, que alterou o procedimento do Júri, a votação é encerrada quando se obtém quatro votos idênticos, ou seja, o veredicto é obtido por maioria, impossível este ser proferido por unanimidade, haja vista que se para de abrir os votos quando estes chegam a quatro iguais.

¹⁰³ TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: estudo sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 265.

¹⁰⁴ Idem. p. 265-266.

¹⁰⁵ Ibidem. p. 267.

¹⁰⁶ MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 202.

¹⁰⁷ Apud. MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millenium, 2000. vol. III. p. 202.

Quanto à responsabilidade criminal do jurado, merece ser transcrito os dizeres de Firmino Whitaker:

Desde que o jurado se mantenha na linha do dever e da honra, nenhuma responsabilidade legal resulta de seu voto; seja, embora, brando no julgar, cometa erros ou injustiças, somente sofrerá a crítica do público que o fiscaliza e as censuras da própria consciência. Se, porém, prevarica, outras são as conseqüências [...].¹⁰⁸

Sendo assim, pode-se concluir que o jurado pode ser responsabilizado da mesma forma que um magistrado, no entanto, esta responsabilização inerente ao jurado é somente na esfera criminal, ou seja, deve ter relação com a prática de algum delito.

¹⁰⁸ Apud. MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri**: crimes e processos. São Paulo: Atlas, 1999. p. 363.

2 OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE NORTEIAM O TRIBUNAL DO JÚRI

A Constituição Federal de 1988 prevê a Instituição do Júri em seu artigo 5º, no rol dos direitos e garantias fundamentais, sob o seguinte prisma: “É reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida”.¹⁰⁹

Sendo assim, o júri é um órgão considerado fundamental para o direito de liberdade do cidadão, que tem como escopo tornar “mais sólido e inquebrantável o direito individual de liberdade”.¹¹⁰

A soberania dos veredictos e a competência mínima firmada no Júri garantem a liberdade do réu. Por isso, se a lei ordinária trouxer normas que também protejam o direito de liberdade do réu, não pode negar-lhes vigência com o fundamento de que estas contrariem a Constituição, pois a interpretação da Constituição não deve ser feita de forma literal.¹¹¹

A melhor definição de princípio, no meio jurídico, é a idéia de origem, ou seja, a causa primária que cria o ordenamento jurídico. Ao referir a um princípio constitucional, vislumbra-se às raízes do sistema jurídico como um todo, pois em cada princípio existe a sua área de atuação.¹¹²

2.1 Plenitude de defesa:

O direito à liberdade é um dos mais essenciais ao ser humano, sendo por isso considerado um direito fundamental. O homem nasce livre e seu direito individual à liberdade só pode ser relativizado em caso de aplicação de uma sanção pelo Estado, destinada a resgatar a ordem em sociedade.¹¹³

¹⁰⁹ BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: SENADO FEDERAL 2008.

¹¹⁰ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 100-101.

¹¹¹ Idem. p. 101-102.

¹¹² NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p.23.

¹¹³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 136-137.

Sabendo que o direito à liberdade não é absoluto, que este pode ser restringido pelo Estado, o cidadão necessita de garantias para que possa livrar-se de abusos do poder público.¹¹⁴

Uma dessas garantias é o devido processo legal que garante ao acusado iguais condições frente ao Estado e abrange as garantias do contraditório e da ampla defesa. Entende-se por contraditório o direito que tem o réu de contraditar tudo o que é trazido pela parte contrária, ou seja, todo ato produzido pela acusação, o réu tem o direito de apresentar suas contra-razões, de levar ao juiz uma interpretação diferente da apontada. Ampla defesa é o direito de trazer todos os elementos de prova para se provar algo.

No Tribunal do Júri a defesa do acusado está ainda mais protegida, pois nesta instituição se faz presente não o direito à ampla defesa, mas à plenitude de defesa.

Nucci defende que:

[...] no cenário do júri, onde a oralidade é essencial e a imediatidade, crucial, não se pode conceber a instituição sem a *plenitude de defesa*. Portanto, apesar de ser uma garantia de o acusado defender-se com amplidão, é característica fundamental da *instituição do júri* que a defesa seja plena. Um tribunal popular, onde se decide por íntima convicção, sem qualquer motivação, sem a feição de ser uma tribuna livre, especialmente para o réu, não é uma garantia individual, ao contrário, é um fardo dos mais terríveis.¹¹⁵

Nucci defende também que “a plenitude de defesa, característica básica do júri clama por uma defesa irretocável”.¹¹⁶

No Júri é permitido uma defesa extra-jurídica, coisa que a ampla defesa não admite.

A plena defesa é tão vasta que de acordo com os últimos entendimentos do Superior Tribunal de Justiça, a defesa pode até mesmo inovar sua tese na tréplica.

A diferença entre amplo e pleno prevista no dicionário da língua portuguesa é de que amplo quer dizer vasto, muito grande, enquanto que pleno quer dizer completo, absoluto, repleto.¹¹⁷ Ou seja, a plena defesa é muito mais completa que a ampla defesa, não basta uma grande defesa, no Júri se faz necessária uma defesa absoluta.

¹¹⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri**: princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 136-137.

¹¹⁵ Idem. p. 140.

¹¹⁶ Ibidem. p. 141.

¹¹⁷ Ibidem. p. 140.

A Constituição Federal ao prever para o réu submetido ao rito do Tribunal do Júri a plenitude de defesa, que vai além da ampla defesa, busca a melhor possibilidade de defesa, valendo-se de todos os meios e recursos admitidos em lei.¹¹⁸

Na instituição do Júri é necessário que o advogado apresente sua tese da melhor forma possível, pois a atuação inócua coloca o réu em risco maior, ocasionando a falta de defesa plena.¹¹⁹

Não apenas a defesa técnica pode ser produzida, mas permite-se também a utilização de argumentações com referências a questões religiosas, morais, sociológicas etc.¹²⁰ “O Júri propicia um julgamento que vai além da frieza da lei e da tecnicidade do processo”.¹²¹

Como consequência deste princípio, Pontes de Miranda salienta o fato de que os jurados são compostos de todas as classes sociais para julgarem seus pares, o que confere democracia ao julgamento.¹²² O que na prática nem sempre é verdade.

2.2 Sigilo das votações:

A Constituição ao prever o princípio do sigilo das votações determinou que os jurados quando das votações dos quesitos devem fazê-las de forma sigilosa e não ao sigilo da votação, pois o sigilo das votações significa que o voto deve ser secreto, enquanto que sigilo na votação quer dizer que a sessão deve ser secreta.¹²³

Prevê o Código de Processo Penal, em seu artigo 485, que:

Não havendo dúvida a ser esclarecida, o juiz presidente, os jurados, o Ministério Público, o assistente, o querelante, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça dirigir-se-ão à sala especial a fim de ser procedida a votação.¹²⁴

Como afirmado anteriormente, aqui não se fala em sigilo na votação, mas sim em sigilo dos votos proferidos nesta sala especial, pois o jurado optará pela cédula do “sim” ou do “não” em cada quesito exposto, de acordo com o seu livre convencimento.¹²⁵

Neste sentido, bem formulada foi a alteração no Código de Processo Penal pela Lei 11.689/2008 que modificou o artigo 487 do CPP, pois este artigo declarava que após

¹¹⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p.25

¹¹⁹ Idem. p.26.

¹²⁰ GOMES, Luiz Flávio. **Comentários às Reformas do Código de Processo Penal e da Lei de Trânsito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 19.

¹²¹ Idem. p. 20.

¹²² Ibidem. p. 20.

¹²³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 169.

¹²⁴ BRASIL. **Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 abril 2009.

¹²⁵ NUCCI, Guilherme de Souza. **Tribunal do júri**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. p. 31.

a votação de cada quesito o presidente deveria mandar o escrivão escrever o resultado em termo especial, declarando o número de votos afirmativos e negativos.¹²⁶ Hoje, para assegurar o sigilo previsto na Constituição, o oficial de justiça recolherá em urnas separadas as cédulas correspondentes aos votos e as que não foram utilizadas.¹²⁷ Sendo as decisões do Júri determinadas pela maioria de votos, a votação na sala secreta deve ser interrompida no quarto voto favorável a uma das teses, haja vista que sendo sete jurados que compõem o Conselho de Sentença, quatro votos já seriam suficientes para obter a maioria dos votos exigidas no Código de Processo Penal, devendo assim a votação ser parada, assegurando o sigilo das votações.

A votação sigilosa decorre da devida importância que se tem de resguardar a independência dos jurados no momento do julgamento, que dele resulta a sorte do veredicto e o destino do réu, pois tais jurados não possuem garantias como as previstas aos juízes togados.¹²⁸

Declara Rogério Tucci sobre o sigilo das votações:

Formalmente consignada na Constituição, constitui óbvia exceção à regra que determina, em princípio, a publicidade dos julgamentos do Poder Judiciário, art. 93, IX; o sigilo das votações do Júri é prescrito de maneira peremptória, em homenagem, aliás, à singularidade da magistratura temporária, que também não fundamenta o voto; enquanto a inamovibilidade é a garantia suprema da magistratura permanente, o sigilo das votações do Júri, que cobre de irresponsabilidade o voto do conselho e de cada um de seus membros, configura a garantia suprema da magistratura efêmera.¹²⁹

O confronto entre o artigo 93, IX da Constituição Federal e os princípios constitucionais do Júri será abordado no final deste trabalho, sendo interessante neste momento declarar apenas que é inegável que os jurados gozam da garantia da não necessidade de fundamentação do seu voto, haja vista reinar nesta Instituição o princípio da íntima convicção dos jurados.

Foi realizada uma pesquisa no 3º Tribunal do Júri de São Paulo e constatou-se que 77,87% dos 574 jurados entrevistados sentiriam constrangidos para julgar um caso se a votasse fosse feita publicamente. Por isso, o sigilo é imprescindível no Tribunal do Júri,

¹²⁶ BRASIL. **Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 abril 2009.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri**: Estudo sobre a mais democrática instituição brasileira. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999. p. 259-260.

¹²⁹ Idem. p. 277.

devendo a votação ser feita em sala secreta, tranqüila e segura, fiscalizada pelas partes e presidida por um juiz.¹³⁰

2.3 Soberania dos veredictos:

“O significado primário de soberania é *poder supremo* ou *ordem suprema*, acima da qual outra não existe”.¹³¹

Para Jean Bodin, que foi o primeiro a utilizar o termo soberania, soberania é “o poder absoluto e perpétuo de uma República, palavra que se usa tanto em relação aos particulares quanto em relação aos que manipulam todos os negócios de estado de uma República”.¹³²

Já para Canotilho “soberano é o poder que cria o direito; soberano é o poder que constitui a constituição; soberano é o titular do poder constituinte”.¹³³

Soberania acarreta algo de independência absoluta que não se encontra em posição de submissão.¹³⁴

Sendo assim, o Tribunal do Júri, regido pela soberania dos veredictos, é uma instituição que tem caráter de supremacia, independência e plenitude, por ser um órgão especial da Justiça comum e pelo fato de suas decisões serem regidas por características próprias.¹³⁵

Alberto Silva Franco conceitua a soberania dos veredictos:

E nisto consiste a “soberania dos veredictos” – na faculdade dos jurados decidirem por íntimo convencimento, acerca da existência do crime e da responsabilidade do acusado (matéria de fato), sem o dever de fundamentar suas conclusões. Ou, em termos diversos, na impossibilidade de os magistrados se substituírem aos jurados, na decisão das questões por eles já decididas.¹³⁶

A soberania dos veredictos não consiste na faculdade dos jurados decidirem por íntimo convencimento como afirmou Alberto Silva Franco. A soberania dos veredictos pode até ter relação com o princípio da íntima convicção dos jurados, no entanto, não é esta a

¹³⁰ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 172.

¹³¹ Idem p. 81.

¹³² Apud. NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 81.

¹³³ Apud. NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 82.

¹³⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 83.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. **Teoria e prática do júri**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 101.

definição de soberania dos veredictos. O veredicto é que é soberano, o voto que o jurado dá é que possui supremacia, não podendo ser substituído por outro dado por um magistrado, e não a forma com que esse voto é proferido, que é através da íntima convicção do jurado, que possui soberania. A soberania é do voto.

O artigo 5º da Constituição Federal, inciso XXXVIII, alínea “c” que prevê a soberania dos veredictos não deve ser interpretado literalmente, e não pode também dar a esta expressão sentido absoluto.¹³⁷

Ela “deve ser definida segundo a ciência dogmática do processo penal, e não de acordo com uma exegese de lastro filológico, alimentada em esclarecimentos vagos de dicionários”.¹³⁸

O veredicto é soberano porque é ele quem vai dizer se a pretensão punitiva do Estado é procedente ou não. O Tribunal, em caso de recurso, não decide sobre a pretensão punitiva, mas sim sobre a regularidade do veredicto.¹³⁹

Ademais, a Constituição não trata da soberania do veredicto ou da soberania de cada veredicto, mas sim do conjunto dos veredictos. Isto significa que pode haver mais de um veredicto, onde o último revogue o primeiro.¹⁴⁰

Pelo fato do voto proferido pelo jurado ser soberano, há fortes entendimentos na doutrina de que o que foi decidido no Tribunal do Júri não pode ser objeto de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça, devido sua soberania, este deveria ser imune.

No entanto, para ter um maior controle dos atos praticados no Tribunal do Júri, se faz necessária à presença deste recurso de apelação. A grande maioria da doutrina afirma que a possibilidade de recorrer de uma decisão proferida no Júri não é uma ofensa ao princípio constitucional da soberania dos veredictos, haja vista que o Tribunal de Justiça apenas reconhecerá se os jurados votaram de forma manifestamente contrária às provas dos autos. Ele não irá anular aquele julgamento anteriormente proferido e proferir outro, ordenará apenas que se realize um novo Plenário do Júri, com as mesmas formalidades, submetido por juízes leigos, e com a proibição de se fazerem presentes no Conselho de Sentença os jurados que julgaram no primeiro plenário.

Em caso de no segundo julgamento, este ter o mesmo resultado que foi obtido no primeiro julgamento, o qual foi declarado manifestamente contrário à prova dos autos, não se pode mais apelar ao Tribunal de Justiça, pois deve ser respeitado o veredicto.

¹³⁷ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 79.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Ibidem. p. 80.

¹⁴⁰ Ibidem.

Nesse sentido, esclarece Alberto Silva Franco:

À instância recursal não cabe verificar se deve prevalecer esta, ou aquela prova, mas apenas examinar se o veredicto se afasta ou não, da prova existente. Limita-se o Tribunal de Justiça a determinar novo julgamento e acata o segundo veredicto, se idêntico ao primeiro anulado, pois existe a regra de direito, segundo a qual *não se admite*, pelo mesmo motivo (quer dizer, sob o mesmo “fundamento”) de ter sido a decisão manifestamente contrária à prova dos autos, uma *segunda* apelação (CPP, art. 593, §3º, última alínea).¹⁴¹

No tocante ao recurso de apelação impetrado com fulcro no artigo 593, inciso III, alínea “c”, que prevê que: “Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias das decisões do Tribunal do Júri, quando houver erro ou injustiça no tocante à aplicação da pena ou da medida de segurança”¹⁴², este não ferirá também o princípio da soberania dos veredictos, pois a intenção que o recorrente tem é de corrigir a pena imposta pelo juiz, e caso seja corrigida pelo Tribunal de Justiça, ainda assim não será afetada a soberania dos veredictos, pois em nada foi modificado o que o Conselho de Sentença decidiu.

Sabe-se que a soberania dos veredictos tem status constitucional e por isso, merece não só ser respeitada como deve servir de norte para a interpretação das demais normas. No entanto, esta soberania não pode ter mais valor que o erro judiciário constatado em uma sentença transitada em julgado, devendo então esta decisão ser objeto de revisão criminal, pois a expressão “soberania dos veredictos” é instituída como uma garantia em benefício do réu, não podendo assim, ser invocada contra ele.¹⁴³

Sendo a Instituição democrática, não se pode querer que um julgado contendo *error in iudicando* se mantenha intangível devido à soberania dos veredictos.¹⁴⁴

Error in iudicando é uma espécie de erro que contamina a sentença que julgou o mérito da ação, podendo ser erro de fato ou de direito. Diferencia-se do *error in procedendo* porque neste viola-se uma norma processual.

Como afirmado por Tourinho Filho: “à primeira vista pode parecer estranho, em face da soberania dos veredictos, possa a segunda instância rever decisões proferidas pelo tribunal popular.”¹⁴⁵ No entanto, a Constituição Federal também protege o direito de liberdade do indivíduo, que sobrepõe a qualquer outro. Se a revisão criminal tem o objetivo de

¹⁴¹ MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. **Teoria e prática do júri**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 104-105.

¹⁴² BRASIL. **Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2 abril 2009.

¹⁴³ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri: crimes e processos**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 214-215.

¹⁴⁴ Idem. p. 214.

¹⁴⁵ Apud. MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri: crimes e processos**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 214.

desconstituir a coisa julgada erroneamente, esta deve então ser prevalecida diante do princípio da soberania dos veredictos, pois tutela o direito de liberdade.¹⁴⁶

Neste sentido, explica Frederico Marques:

A soberania dos veredictos não pode ser atingida enquanto preceito para garantir a liberdade do réu. Mas se ela é desrespeitada em nome dessa liberdade, atentado algum se comete ao texto constitucional. Os veredictos do Júri são soberanos enquanto garantem o *jus libertati*.¹⁴⁷

O magistrado ao proferir decisão de pronúncia deve se ater para que não faça colocações incisivas, de forma que se ele fizer manifestações próprias relativas ao mérito da acusação poderá influenciar os jurados, vindo a ferir a soberania dos veredictos.¹⁴⁸

“A soberania do Júri terá de ser observada. Mas o respectivo conceito não é absoluto. Acha-se ao reverso, refreado e limitado por todos os outros princípios constitucionais”.¹⁴⁹

2.4 Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida:

A Constituição Federal garantiu ao Tribunal do Júri uma competência mínima, que é a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, no entanto, isto não quer dizer que o legislador ordinário não possa ampliar tal competência para o julgamento de outros crimes também. O que não pode ocorrer é a retirada pelo legislador ordinário da competência do Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

A competência mínima é fixada para que o acusado contra crimes dolosos contra a vida tenha o seu direito de liberdade mais eficaz, podendo ser julgado através do Tribunal Popular. No entanto, se o magistrado absolve esse réu antes dele ser submetido ao Plenário, nenhum atentado foi cometido contra a sua liberdade.¹⁵⁰

O que levou o constituinte a eleger uma classe de crimes a serem julgados pelo júri foi o fato de que em outros países, quando não expressa na Constituição essa competência mínima, a tendência era a de reduzir gradativamente a participação do Tribunal Popular no Judiciário. Os Estados Unidos é o único país onde o Júri ainda possui certa força.

151

¹⁴⁶ MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri: crimes e processos**. São Paulo: Atlas, 1999. p. 214.

¹⁴⁷ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 102.

¹⁴⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 91-92.

¹⁴⁹ MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. **Teoria e prática do júri**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 105.

¹⁵⁰ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 102.

¹⁵¹ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 174.

Quanto à possibilidade de ampliação pelo legislador ordinário da competência para julgamento do Tribunal do Júri, Lenio Luiz Streck defende, dizendo:

Desse modo, considerando o Tribunal do Júri como importante mecanismo de participação popular – participação essa não meramente retórica –, não há qualquer óbice no sentido de o legislador ordinário incluir, no campo de sua abrangência, outros crimes como: a) crimes contra a economia popular (...) e Código do Consumidor; b) crimes de sonegação fiscal e os demais cometidos contra o erário público, como os de improbidade administrativa e os de corrupção (...) c) crimes contra o meio ambiente (...); d) crimes patrimoniais violentos e com resultado morte – roubo, extorsão e extorsão mediante seqüestro (...).¹⁵²

Neste mesmo sentido, recomenda Frederico Marques que “se algum delito deveria o júri julgar, deveriam ser da esfera de sua competência os “crimes contra a economia popular”, realmente uma espécie de infração que caberia à sociedade apreciar”.¹⁵³

Devido ao fato de o legislador ordinário não ter ampliado até os dias de hoje a competência do Tribunal do Júri, este tem a competência de julgar apenas os crimes dolosos contra a vida. Entre estes, estão compreendidos os diversos tipos de homicídio doloso, o induzimento, instigação ou auxílio a suicídio, o infanticídio e as formas de aborto, que estão descritos no Título I – Dos crimes contra a pessoa e Capítulo I – Dos crimes contra a vida.

Outros crimes que envolvem o evento morte não são de competência do Tribunal do Júri, tais como a lesão corporal seguida de morte, estupro seguido de morte, latrocínio e etc. porque estes crimes não são especificamente voltados contra a vida. O objetivo primordial do agente que cometeu o delito não é o de causar a morte da vítima. Por exemplo, no latrocínio o autor do fato tem a intenção de subtrair o patrimônio de uma pessoa e durante o cometimento do crime acaba por matar a pessoa, neste caso, o crime não se voltou contra a vida, mas contra o patrimônio da vítima, tendo a morte sido um evento a mais na conduta do criminoso, haja vista que este não desejou a morte em primeiro plano, pois se o fizesse, estaria incurso em homicídio seguido de furto, infrações estas que são conexas e serão julgadas pelo Tribunal do Júri.¹⁵⁴

¹⁵² Apud. NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 177.

¹⁵³ Apud. NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 178.

¹⁵⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 175.

3 O PRINCÍPIO DA ÍNTIMA CONVICÇÃO DOS JURADOS EM FACE À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Os jurados julgam com base em um princípio chamado de íntima convicção. Este princípio significa que os jurados decidem, conforme o próprio nome diz, de acordo com a sua íntima convicção. Eles julgam livremente, através de seu livre convencimento, e assim, resolvem se o acusado deve ser absolvido ou condenado.

Julgar de acordo com a sua íntima convicção quer dizer que os jurados não possuem a obrigação de fundamentar suas decisões. Votam sem responsabilidade do voto que emitem, e este voto pode até ir bem além do que foi discutido e provado.¹⁵⁵

O Conselho de Jurados, como afirmado acima, não fundamenta as decisões, e por isso, votam apenas através de cédulas compostas de “sim” ou “não”. Quem tem obrigação de fundamentar a sua decisão é o Juiz Presidente ao proferir a sentença, quando o veredicto final se concretiza.¹⁵⁶

O jurado além de decidir *secundum conscientiam*, vota de forma secreta, e isso torna praticamente impossível sua responsabilização pelo acerto ou desacerto do voto, só podendo ser responsabilizado quando se portar como tendencioso, prevaricador, desidioso, venal.¹⁵⁷

A Constituição Federal não fez previsão no sentido de que devem os jurados votar conforme a sua íntima convicção. Esta previsão foi estabelecida pelo legislador ordinário, no Código de Processo Penal, e por isso, cabe analisar o princípio da íntima convicção em face à Constituição de 1988. Os principais pontos que merecem destaque e que serão analisados são o artigo 93, inciso IX, da Constituição, a soberania dos veredictos e o sigilo das votações que estão previstos no artigo 5º, inciso XVIII também da Constituição Federal.

3.1 O princípio da íntima convicção e o artigo 93, inciso IX da Constituição Federal de 1988:

Dispõe o artigo 93, inciso IX da Constituição Federal:

Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar

¹⁵⁵ MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. **Teoria e prática do júri**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 411.

¹⁵⁶ Idem. p. 412.

¹⁵⁷ MARQUES, José Frederico. **A instituição do júri**. Campinas: Bookseller, 1997. p. 159.

a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

Todos os julgamentos devem ser abertos ao público e todas as decisões devem ser argumentadas, fazendo a Constituição exceção à publicidade somente nos casos em que o direito à intimidade do interessado não prejudique o interesse público à informação.

Sabe-se que no Tribunal do Júri, os jurados não fundamentam suas decisões, pois julgam conforme sua íntima convicção e, além disso, a votação dos quesitos não é aberta ao público, haja vista que esta é realizada em uma sala secreta.

Antigamente, a motivação dos atos processuais, segundo Scarance Fernandes, era uma garantia endoprocessual, que servia apenas para dar esclarecimento às partes caso estas decidam interpor recurso. Era algo meramente técnico. Recentemente, serve como garantia política, que junto com a publicidade legitima a jurisdição, não servindo apenas para as partes que precisam interpor recurso, mas para toda a sociedade que através da motivação do juiz pode verificar se este decidiu com imparcialidade e conhecimento.¹⁵⁸

A falta de motivação nas decisões judiciais compromete o contraditório, haja vista que este garante a defesa quanto aos atos contrários ao interesse das partes.¹⁵⁹

Esclarece Aury Lopes Júnior:

Para o controle da eficácia do contraditório e do direito de defesa, bem como de que existe prova suficiente para sepultar a presunção de inocência, é fundamental que as decisões judiciais (sentenças e decisões interlocutórias) estejam suficientemente motivadas. Só a fundamentação permite avaliar se a racionalidade da decisão predominou sobre o poder.¹⁶⁰

As decisões proferidas pelos jurados são judiciais, pois mesmo que estes sejam leigos, desempenham função de juízes. Conforme Aury Lopes afirmou, é preciso que haja fundamentação para que se comprove que existia prova suficiente para afastar o princípio constitucional da presunção de inocência, ou seja, para acarretar uma condenação.

Sendo assim, pode-se afirmar que, de certa forma, a falta de motivação pode afrontar o princípio constitucional, qual seja, o da presunção de inocência, em caso de condenação manifestamente contrária a prova dos autos, pois sem a obrigação de motivar seu

¹⁵⁸ Apud. FERNANDES, Humberto. **Princípios constitucionais do Processo Penal brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2006. p. 163.

¹⁵⁹ FERNANDES, Humberto. **Princípios constitucionais do Processo Penal brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2006. p. 163.

¹⁶⁰ LOPES JUNIOR, Aury. **Introdução crítica ao Processo Penal**: fundamentos da instrumentalidade garantista. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2007. p. 253.

veredicto, o jurado pode condenar o acusado sem demonstrar provas suficientes para isso, contrariando o que dispõe a presunção de inocência.

“Não basta motivar o ato, a motivação deve ser suficiente o bastante para demonstrar a necessidade do ato”. Não motivar os atos processuais significa omitir as razões do convencimento.¹⁶¹

Os defensores do Júri se fundamentam dizendo que é uma instituição “democrática”, no entanto, dizer que escolher sete leigos de forma aleatória para participarem de um julgamento é uma afirmação bastante reducionista do que significa democracia.¹⁶²

Aury Lopes descreve democracia como sendo:

[...] algo muito mais complexo para ser reduzido na sua dimensão meramente formal-representativa. Seu maior valor está na dimensão substancial, enquanto sistema político-cultural que valoriza o indivíduo em todo feixe de relações que ele mantém com o Estado e com outros indivíduos. É fortalecimento e valorização do débil (no processo penal, o réu), na dimensão substancial do conceito.¹⁶³

O que torna legítima a atuação dos jurados não é o fato deles serem eleitos, mas sim a posição de garantidores das garantias previstas na Constituição Federal. O que interessa é a democracia substancial e não a formal, pois de nada tem valor um juiz eleito, se este não possuir as mesmas garantias de um Juiz magistrado e assuma função de garantidor. Além disso, não fazem parte de uma democrática representativa, haja vista que as pessoas que compõem o Júri são de segmentos definidos, como servidor público, estudantes, aposentados e etc.¹⁶⁴

As pessoas leigas estão bem mais sujeitas a pressões exteriores, influências políticas e econômicas, pois como já descrito, não detêm as garantias orgânicas da magistratura.¹⁶⁵

O próprio instituto do desaforamento reforça que a Instituição não julga de forma totalmente independente e imparcial, pois leva o julgamento à outra comarca, diversa da competente.¹⁶⁶

¹⁶¹ FERNANDES, Humberto. **Princípios constitucionais do Processo Penal brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2006. p. 164-165.

¹⁶² LOPES JUNIOR, Aury. **Introdução crítica ao Processo Penal**: fundamentos da instrumentalidade garantista. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2007. p. 139.

¹⁶³ Idem.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 139-140.

¹⁶⁵ LOPES JUNIOR, Aury. **Introdução crítica ao Processo Penal**: fundamentos da instrumentalidade garantista. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2007. p. 140.

¹⁶⁶ Idem. p. 141.

Os jurados não possuem conhecimento do processo e de processo, carecem de conhecimento legal e profissionalismo mínimo para compreender a complexidade jurídica.

¹⁶⁷ Por isso, a falta de fundamentação das decisões não deveria imperar na Instituição.

Além disso, o Conselho de jurados não consegue distinguir a prova colhida durante a fase de instrução e a prova colhida durante o inquérito, prova esta que não deve ser suficiente para a condenação, haja vista que durante a fase inquisitiva não se faz presente o princípio do contraditório.

Por não ocorrer à exclusão física dos autos das provas colhidas no inquérito, e muito menos existir vedação de que se utilize estas em plenário, o direito de ser julgado por prova judicializada cai por terra. ¹⁶⁸

Os juízes leigos não conhecem o Direito e até mesmo, o próprio processo, pois só possuem acesso a ele no dia do julgamento, limitando-se a julgar com base no que é trazido durante as sustentações. ¹⁶⁹

Ao julgar por livre convencimento motivado, os jurados não precisam fazer distinção da prova judicializada e da produzida no inquérito. ¹⁷⁰ A absoluta falta de motivação é o grande “erro” cometido pela Instituição.

Neste sentido, ensina Aury Lopes:

O golpe fatal no júri está na absoluta falta de motivação do ato decisório. A motivação serve para o controle da racionalidade da decisão judicial. Não se trata de gastar folhas e folhas para demonstrar erudição jurídica (e jurisprudencial) ou discutir obviedades. O mais importante é explicar o porquê da decisão, o que o levou a tal conclusão sobre a autoria e materialidade. A motivação sobre a matéria fática demonstra o *saber* que legitima o *poder*, pois a pena somente pode ser imposta a quem – racionalmente – pode ser considerado autor do fato criminoso imputado. Como define IBÁÑEZ, o ius dicere em matéria de direito punitivo deve ser uma aplicação/explicação: um exercício de poder fundado em um saber consistente por demonstradamente bem adquirido. Esta qualidade na aquisição do saber é condição essencial para legitimidade do atuar jurisdicional. ¹⁷¹

Sendo assim, a decisão emitida pelos jurados não é legítima, pois não traz o mínimo de justificação. Decidir assim, quanto à liberdade de alguém, nos dias de hoje, é puro arbítrio.

¹⁶⁷ Ibidem.

¹⁶⁸ Ibidem. p. 142.

¹⁶⁹ Ibidem. p. 141.

¹⁷⁰ Ibidem. p. 142.

¹⁷¹ LOPES JUNIOR, Aury. **Introdução crítica ao Processo Penal**: fundamentos da instrumentalidade garantista. Rio de Janeiro: Lumem Júris, 2007. p. 142-143.

Este poder de não motivar o voto é tão grande que permite o julgamento baseado em algo que sequer está no processo, que você seja julgado a partir de qualquer coisa.

172

Isso significa um retrocesso ao Direito Penal do autor, ao julgamento pela “cara”, cor, opção sexual, religião, posição socioeconômica, aparência física, postura do réu durante o julgamento ou mesmo antes do julgamento, enfim, é imensurável o campo sobre o qual pode recair o juízo de (des)valor que o jurado faz em relação ao réu. E, tudo isso, sem qualquer fundamentação.¹⁷³

Conforme salientou Aury Lopes, permitir que os jurados julguem sem a mínima fundamentação é andar pra trás, é retroceder nas garantias básicas que o réu conseguiu adquirir ao longo do tempo, qual seja, a de ser julgado por um tribunal imparcial e independente, e o de ser presumido inocente.

Alguns doutrinadores afirmam que o Tribunal do Júri é exceção da regra da motivação, devido a Constituição Federal garantir ao Júri o sigilo das votações. No entanto, esta discussão será abordada em tópico posterior.

O artigo 93, inciso IX da Constituição Federal de 1988 também faz previsão ao princípio da publicidade. Este princípio garante, da mesma forma que o princípio da motivação, transparência à atividade jurisdicional, pois assim, os sujeitos podem fiscalizar o exercício desta atividade, e conseqüentemente, evitar-se-á excessos e arbitrariedades.¹⁷⁴

Publicidade significa transparecer, não ter medo durante os julgamentos e atos do Poder Judiciário. Este princípio deve ser obedecido, frente à cidadania, impessoalidade, constitucionalidade, moralidade e eficiência.¹⁷⁵

No entanto, a Constituição da República faz uma ressalva dizendo que quando a lei ou o interesse público o exigir, a presença de pessoas podem ser limitadas em determinados atos às partes e seus advogados, ou somente aos advogados.

Quanto ao Júri, a publicidade tem dois instantes vitais, o primeiro seria a prática do julgamento, que não precisa estar aberto a todos os presentes, de acordo com a conveniência do momento; e o segundo instante seria a oficialização formal do resultado, que para sua validade deve ser publicada amplamente, seja pela própria leitura da sentença durante o ato, seja pela publicação no Diário Oficial. Essa publicidade é essencial, haja vista

¹⁷² Idem. p. 143.

¹⁷³ Ibidem.

¹⁷⁴ FERNANDES, Humberto. **Princípios constitucionais do Processo Penal brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2006. p. 167.

¹⁷⁵ ALMEIDA, Ricardo Vital. **O júri no Brasil: aspectos constitucionais – soberania e democracia social**. CL EDIJUR: Leme/SP, 2005. p. 94.

que constitui requisito de impessoalidade, moralidade e eficácia, não apenas como um elemento formativo do ato.¹⁷⁶

Pelo fato da votação no Tribunal do Júri ser feita em sala secreta, alguns doutrinadores acreditam que esta publicidade, que é exigida durante os julgamentos de todos os órgãos do poder Judiciário, se torna restrita neste caso. Argumentam que é uma exceção à publicidade para a preservação dos jurados, de forma a preservar a imparcialidade dos mesmos.¹⁷⁷

3.2 O princípio da íntima convicção e a soberania dos veredictos:

Flamarion Tavares Leite conceitua historicamente a soberania como sendo:

*Em sentido estrito, o termo soberania aparece, no final do século XVI, juntamente com o de Estado, para indicar em toda sua plenitude, o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política. Na Idade Moderna, com a formação dos grandes Estados territoriais, fundamentados na unificação e na concentração de poder, o soberano pretende ser exclusivo, onipotente, onicompetente, onicompreensivo, no sentido de que só ele pode intervir em todas as questões. E mais, para a atualidade: “Em sentido lato, o conceito de soberania indica o poder de mando de última instância numa sociedade política. Assim, é a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito”.*¹⁷⁸

Conforme tratado no tópico sobre a soberania dos veredictos, alguns doutrinadores sustentam que a soberania inerente ao Júri consiste na possibilidade que os jurados têm de não fundamentarem suas decisões, e dessa forma, decidirem por íntimo convencimento. Um exemplo dessa corrente de autores é Adriano Marrey que em seu livro “Teoria e Prática do Júri”, página 101, afirmou que o significado da soberania dos veredictos é a faculdade dos jurados em decidir “acerca da existência do crime e da responsabilidade do acusado (matéria de fato), sem o dever de fundamentar suas conclusões”.¹⁷⁹

Ora, isto é uma falácia, pois prever de tal forma o pensamento do legislador é querer tentar adivinhar o que não pode ser adivinhado. Ao observar todo o procedimento da Instituição, sua forma de decidir, características básicas e regras tradicionais, já se pode pelo menos um pouco ter noção de que a intenção do constituinte originário ao atribuir ao Júri a soberania dos veredictos não foi a de fazer relação com a falta de argumentação no momento

¹⁷⁶ Idem. p. 95.

¹⁷⁷ FERNANDES, Humberto. **Princípios constitucionais do Processo Penal brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2006. p. 164-168.

¹⁷⁸ Apud. ALMEIDA, Ricardo Vital. **O júri no Brasil: aspectos constitucionais – soberania e democracia social**. CL EDIJUR: Leme/SP, 2005. p. 53-54.

¹⁷⁹ MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. **Teoria e prática do júri**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. p. 105.

do julgamento, muito pelo contrário, quis dar posição de supremacia ao voto proferido pelo Conselho de jurados, no sentido de que aquele voto não pode ser modificado por um Juiz ou Tribunal em sede de impetração de recurso.

Tal soberania é tão extensa que até mesmo em caso de julgamento manifestamente contrário à prova dos autos, um Juiz de Direito ou Desembargador não podem rever o caso e julgar novamente o réu, o que apenas pode ser feito é a avaliação pelo Tribunal em fase de apelação se aquele julgamento foi obtido de forma contrária ao que se pôde constar pelas provas colhidas no processo. Se chegar a conclusão de que aquele julgamento foi “errôneo”, porque contrariou as provas constantes dos autos, o Tribunal terá a competência mínima de ordenar que outro Tribunal do Júri julgue o acusado novamente, para que se garanta a soberania dos veredictos, que como já explicado, é a impossibilidade de um julgador que não seja o Conselho de jurados, legalmente constituído, substituir uma decisão anteriormente proferida pelo Júri.

A soberania dada aos veredictos torna estes inquebráveis, absolutos e torna assim, legítimo o poder dos jurados de proferir os veredictos.¹⁸⁰

“Os veredictos são soberanos, porque só os veredictos é que dizem se é procedente ou não a pretensão punitiva”.¹⁸¹ “O Tribunal, portanto, não decide sobre a pretensão punitiva, mas apenas sobre a regularidade do veredicto”.¹⁸²

O constituinte desejou então, que a soberania dos veredictos imperasse não para que as decisões dos jurados constituídos no Conselho de Sentença não precisassem ser motivadas, mas sim para que o Júri seja a última instância em decidir os crimes previstos pelo Código Penal brasileiro como dolosos contra a vida, com independência e supremacia, mesmo que sua decisão não seja única, e venha a ser reformada, desde que por outro julgamento proferido pelo Júri.¹⁸³

3.3 O princípio da íntima convicção e o sigilo das votações:

Antes de examinar o princípio da íntima convicção dos jurados e o sigilo das votações, cabe primeiro explicar novamente o significado de sigilo das votações, haja vista que ocorre bastante divergência doutrinária acerca deste tema.

¹⁸⁰ ALMEIDA, Ricardo Vital. **O júri no Brasil**: aspectos constitucionais – soberania e democracia social. CL EDIJUR: Leme/SP, 2005. p. 54.

¹⁸¹ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 80.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ Ibidem. p. 87.

O sigilo previsto na Constituição em seu artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea “c” inerente ao Júri quer dizer que a votação feita pelos jurados deve ser realizada de forma sigilosa, pois o sigilo é da votação. Para melhor compreensão, pode-se dizer que o jurado votará de forma sigilosa, afinal, o sigilo é da votação e não na votação. O sigilo resguardado pela Constituição foi o do voto proferido pelos jurados. Se a Constituição previsse o sigilo nas votações, significaria que a sessão de votação deveria ser secreta, no entanto, preferiu por resguardar somente o sigilo do voto.¹⁸⁴

Ao fazer a junção da preposição “de” mais o artigo “as”, finalizando “das”, o constituinte quis exatamente distinguir de “nas”, que significaria gramaticalmente e juridicamente que todas as etapas da votação deveriam ser sigilosas.¹⁸⁵

Neste sentido é que existem divergências entre os entendimentos dos doutrinadores, pois alguns não conseguem diferenciar a distinção entre sigilo das votações, que é o previsto ao Júri, e sigilo nas votações, que como explicado, teria como secretas todas as fases da votação.

Sigilo das votações. Foi assim que o constituinte originário fez questão de prever, pelo fato de que “das” tem significado mais restrito, bem específico, assegurando o sigilo na fase em que o jurado exercita o seu voto.¹⁸⁶

Com isso, a ida do juiz presidente, dos jurados, do representante do Ministério Público, do assistente, do querelante, do defensor do acusado, do escrivão e o do oficial de justiça a uma sala especial, conforme manda o artigo 485 do Código de Processo Penal, ou em caso de inexistir sala especial, que seja ordenado que o público se retire são desnecessários, pois como analisamos, o sigilo é das votações, e não há problema algum do público estar presente durante a votação, haja vista que o que deve ser mantido em sigilo é o voto, bastando que a votação seja secreta neste momento.

Se os jurados vão sentir pressionados com a presença de uma platéia, não importa neste momento, o assunto que merece destaque é que se os jurados votassem na presença do público, não haveria ofensa ao sigilo das votações.

Neste sentido, também se posiciona Ricardo Almeida:

Se o exercício do voto no Júri reclama irrenunciável e acertado sigilo, é indubitoso, de igual modo, inexistir determinação constitucional a que

¹⁸⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p. 69.

¹⁸⁵ ALMEIDA, Ricardo Vital. **O júri no Brasil: aspectos constitucionais – soberania e democracia social**. CL EDIJUR: Leme/SP, 2005. p. 184.

¹⁸⁶ ALMEIDA, Ricardo Vital. **O júri no Brasil: aspectos constitucionais – soberania e democracia social**. CL EDIJUR: Leme/SP, 2005. p. 184.

devam as votações ser realizadas com essa absoluta reserva em todas as suas etapas. O Estado democrático (e social) de direito, a necessária publicização e o conseqüente conhecimento dos atos judiciais, e a própria fiscalização imediata e a confiabilidade didática cidadã no seu Tribunal mais popular (logo de seu interesse supremo), avaliam a pretensão do sigilo absoluto, porém restrito ao momento do voto, a como o jurado votou (se absolvendo ou condenando), não no pertinente ao procedimento geral da votação.¹⁸⁷

Enfim, desde que tenha sido preservado o sigilo na fase do exercício do voto, nada impede que a votação ocorra em meio ao público, no palco das sustentações.¹⁸⁸ No entanto, é importante observar que ao dizer que nada impede, quer dizer que não há nada constitucional que impeça que a votação seja feita assim, pois a Constituição ao prever o sigilo das votações não impediu isso. Porém, o Código de Processo Penal prevê que a votação deve ser realizada em uma sala especial, ou seja, longe do público.

É por isso que não existe conflito de normas constitucionais entre a alínea “c”, inciso XXXVIII, artigo 5º da Constituição Federal e o artigo 93, IX também da Constituição, que como já analisamos, descreve que todos os julgamentos e atos do Poder Judiciário devam ser públicos. Sabe-se que não existe conflito de normas constitucionais, mas sim apenas conflitos aparentes, e como observamos, neste caso também é apenas um conflito aparente, pois após a interpretação do artigo, pôde-se perceber que o constituinte não quis que todas as etapas da votação fossem secretas, mas somente o exercício do voto.

Também pode ser dada interpretação no sentido de não existir conflito entre estas normas, pelo fato do artigo 93, inciso IV da Constituição fazer exceção à publicidade quando a intimidade do interessado estiver em jogo, e para preservar a intimidade do jurado, permitem que ele julgue afastado do público.

Analisado o verdadeiro sentido da previsão feita pela Constituição em respeito ao sigilo das votações, pode-se passar a estudar o princípio da íntima convicção em face deste sigilo.

O princípio da íntima convicção conforme já visto, é um princípio inerente ao jurado no momento de proferir o seu voto, que votará através de seu livre convencimento de forma imotivada. É por este princípio que ronda a grande falibilidade dos jurados, pois estes julgam através de qualquer elemento.¹⁸⁹

¹⁸⁷ Idem.

¹⁸⁸ Ibidem. p. 185.

¹⁸⁹ SILVA, Wellington César. **Tribunal do Júri**: entre a soberania e a falta de conhecimento dos jurados. Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/index.jsp?arquivo=detalhesNoticia.jsp&cod=34068>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

Esta imensa atrocidade jurídica poderia ser evitada se os jurados julgassem de forma motivada, expondo os seus argumentos, pois a motivação serve como controle da racionalidade das decisões judiciais.¹⁹⁰

Não há necessidade de o jurado fundamentar o seu voto em diversas folhas, quesito por quesito, com fulcro em artigos e doutrinas. O que é necessário é que ele diga o porquê daquele voto, o que fez com que ele concluísse sobre a autoria e a materialidade.¹⁹¹

O jurista Miguel Reale acredita que votar de acordo com sua íntima convicção sem qualquer motivação, permite a incoerência de uma pessoa ser julgada “a partir de qualquer elemento, o que violenta a segurança social e o respeito aos direitos humanos, haja vista que o objetivo é conciliar a tutela da segurança social com respeito à pessoa humana”.¹⁹²

No entanto, uma grande parte da doutrina entende que se o jurado motivar o seu veredicto durante a votação, esta motivação iria ferir o sigilo das votações previsto na Constituição Federal de 1988, mas como analisamos acima, isso não é verdade porque a Constituição quis garantir o sigilo apenas quanto ao momento do exercício do voto. A motivação só iria ferir o sigilo das votações se a Constituição tivesse previsto o “sigilo nas votações”, que dessa forma, deveria toda a fase de votação ser secreta.

Visto a importância da motivação das decisões judiciais e o verdadeiro conceito de sigilo das votações, percebe-se que se os jurados motivassem as suas decisões afronta alguma ocorreria quanto ao princípio constitucional do sigilo das votações.

O sigilo é inerente somente ao exercício do voto. Portanto, ao fundamentar o seu veredicto, o jurado não ferirá o sigilo das votações, pelo contrário, tornará legítima a sua decisão, permitindo uma maior verificação das decisões que profere no Tribunal do Júri pela sociedade e principalmente, pelas partes envolvidas no processo.

Se cada jurado fundamentasse a sua decisão, com certeza o índice de erros judiciários no Júri iria diminuir, pois teriam uma maior responsabilização em sua votação. Dessa forma, o Conselho de jurados votaria não só conforme sua convicção, mas também explicando o que levou ele a formar esta convicção, externando isso à comunidade e ao próprio acusado, que é o maior interessado.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Apud. SILVA, Wellington César. **Tribunal do Júri: entre a soberania e a falta de conhecimento dos jurados.** Disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/index.jsp?arquivo=detalhesNoticia.jsp&cod=34068>>. Acesso em: 12 ago. 2009.

A fundamentação garantiria ao réu até mesmo uma maior possibilidade de exercitar a sua defesa em caso de condenação, pois o advogado teria maiores parâmetros para interpor recurso na segunda instância. Se a Constituição Federal distinguiu expressamente a forma de defesa no Tribunal do Júri com a dos processos penais e administrativos em geral, sendo esta plena e não apenas ampla, os jurados devem fundamentar as suas decisões para garantirem ainda mais esta defesa plena, completa e absoluta que impera nesta Instituição, haja vista que o sigilo das votações não é obstáculo para que isso ocorra.

4 CRÍTICAS AO PROCEDIMENTO ATUAL

No Brasil, instalou-se o Tribunal do Júri com a intenção de reagir à opressão da monarquia e, dessa forma, conseguir diminuir o poder do Estado. Sendo assim, o Júri é uma forma de democracia.¹⁹³

No entanto, conforme já analisamos anteriormente, esta democracia é meramente formal. Simplesmente eleger pessoas do povo para participar de um julgamento é muito pouco perto de um campo tão vasto que é a democracia. Necessita-se de uma democracia substancial, que coloque efetivamente o povo na participação da justiça, mas que preserve as demais garantias constitucionais.

O Tribunal do Júri surgiu para minimizar o absolutismo que reinava no Judiciário, pois este estava sujeito à vontade do Rei. No entanto, nos dias de hoje, o Judiciário é um pólo autônomo do poder estatal, que não sofre mais as influências que sofria antigamente.¹⁹⁴ Sendo este órgão independente, forte e imparcial não se faz mais necessária esta forma de democracia formal, onde o povo participa diretamente na administração da justiça, mas que não cumpre as garantias mínimas do devido processo legal, presunção de inocência, plena defesa, a de ser julgado por um tribunal independente e imparcial e etc. Além disso, as pessoas que participam como jurados são de segmentos bem definidos.

Países francamente democráticos estão terminando com o júri e, no máximo, elegendo uma nova forma de composição mista das cortes: o escabinado. São os casos da França, da Alemanha, da Bélgica, da Itália e da Grécia.¹⁹⁵

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 trouxe o Tribunal do Júri no rol dos direitos e garantias individuais e, sendo este rol uma cláusula pétrea, não será possível a aprovação de uma emenda constitucional que tende a abolir o Júri. Sendo assim, a extinção do Júri para a criação de um escabinado não será possível enquanto a Constituição Federal de 1988 viger no país. Somente o poder constituinte originário poderá abolir a instituição do Júri no Brasil.

O Tribunal do Júri sempre causou polêmicas em respeito à capacidade dos jurados para decidirem questões que são consideradas por muitos juristas de grande relevância técnica, e que os juízes leigos não possuem o poder de alcançá-la.¹⁹⁶

¹⁹³ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri**: princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p.179.

¹⁹⁴ Idem. p.182.

¹⁹⁵ Ibidem.

Walter Coelho descreve o Júri como sendo uma “instituição superada e deslocada no tempo, que Hungria já denominou de “osso de megatério a pedir museu””. Segundo este jurista, o Tribunal Popular julga e continuará julgando bem mais pelo instinto do que pela própria lógica ou razão, ora absolvendo os culpados, ora condenando inocentes.

197

Sendo o Júri uma garantia do acusado, deveria este poder renunciar a um julgamento pelo Tribunal do Júri. Nos Estados Unidos o Júri é um direito fundamental e o réu pode renunciar em vários casos.¹⁹⁸

O julgamento realizado pelo Tribunal do Júri pode ser comparado a um teatro ou um circo, onde prevalece a opinião da parte que mais conseguir iludir os jurados, com seus argumentos não necessariamente jurídicos, mas que na maioria das vezes, são falsos e emocionais.¹⁹⁹

Segundo Enrico Ferri: “O júri é apaixonado e míope; o sentimento domina-lhe a inteligência; não há necessidade para convencer o juiz de estudos jurídicos e sociológicos, basta a declamação, e que declamação!”²⁰⁰

O júri pouco está interessado nas questões jurídicas ou doutrinárias, se comovendo com a fácil retórica e a oratória vazia e retumbante.²⁰¹

Não se pode permitir que em um julgamento tão importante como o dos crimes dolosos contra a vida, e, sendo a vida o bem de maior proteção pelo Direito Penal, haja prevalência do lado emocional e não do racional.

O Júri Popular não é isento de influências de fatores sócio-demográficos, psicossociais, econômicos, e inclusive, antecedentes jurídicos ou penais. A análise do crime deixa de ser relevante e é substituída pela consideração de um conjunto de características e antecedentes que podem ser tanto do réu como da vítima.²⁰²

¹⁹⁶ STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do Júri: símbolos e rituais**. 1. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993. p. 90.

¹⁹⁷ Apud. STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do Júri: símbolos e rituais**. 1. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993. p. 91.

¹⁹⁸ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p.183.

¹⁹⁹ Idem.

²⁰⁰ Apud. MACIEIRA, Antônio. **Do Júri criminal**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1914, p. 83.

²⁰¹ Apud. STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do Júri: símbolos e rituais**. 1. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993. p. 91.

²⁰² FARIAS, Ângela Simoes. **Condenar ou absolver: a tendência do júri popular**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 8.

O choro, o arrependimento e até mesmo a presença de familiares podem influenciar os jurados no sentido absolutório.²⁰³

“É o juiz leigo muito acessível a injunções e cabalas; em segundo lugar, como FERRI notava, o jurado, mais que qualquer outro, é a incarnação da justiça de classe”.²⁰⁴

Há uma trama interpretativa tão grande em volta das provas, que de acordo com o poder argumentativo do promotor e da defesa, a anuência dos jurados é obtida por meio da mobilização de sua imaginação.²⁰⁵

Além disso, os jurados são sorteados um mês antes do julgamento e a lista dos sorteados é publicada. Sendo assim, as partes tomam conhecimento dos possíveis jurados que comporão o Conselho de Sentença, e nas cidades do interior, costumam os jurados serem visitados por parentes do réu ou da vítima, colocando em jogo ainda mais a imparcialidade do julgamento.²⁰⁶

O ato de julgar requer profissionalismo e preparo, não podendo ser feito por leigos, pois é exatamente por isso que a probabilidade de ocorrer erro judiciário no Júri é maior, haja vista que o jurado pode afastar-se das provas constantes dos autos e decidir bem como quiser.²⁰⁷

Entende Magalhães Noronha que:

Não se compreende também que, numa era em que se reclama do próprio juiz criminal especialização, constituída não apenas do conhecimento do Direito Penal, mas também da Criminologia, da Penologia etc., não se compreende – dizíamos – que se confie em um julgamento a homens que não possuem quaisquer desses conhecimentos, nem deles, talvez, tenham ouvido falar.²⁰⁸

Conforme Magalhães Noronha explanou, não é proporcional que se exija do magistrado uma gama enorme de conhecimentos e do jurado não se exija nada, a não ser que este julgue através de sua consciência, baseando-se no senso comum.

Além disso, apesar da maioria da doutrina afirmar que os jurados decidem as razões de fato e o magistrado tem a competência para decidir as razões de direito, conforme

²⁰³ FARIAS, Ângela Simoes. **Condenar ou absolver: a tendência do júri popular**. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p. 19.

²⁰⁴ MARQUES, José Frederico. **A Instituição do Júri**. 1. ed. Campinas: Bookseller, 1997. p. 23.

²⁰⁵ STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do Júri: símbolos e rituais**. 1. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993. p. 172.

²⁰⁶ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Questões processuais penais controvertidas**. 4. ed. São Paulo: Leud, 1995. p. 300.

²⁰⁷ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p.183-184.

²⁰⁸ NOGUEIRA. op. cit. p. 299.

analisamos no tópico referente às competências do Juiz Presidente e a dos jurados, isso não é a verdade. Analisando os quesitos da votação pode-se perceber que muitos deles englobam não só questões de fato como também questões de direito,²⁰⁹ por exemplo, a análise do quesito correspondente a uma causa excludente de ilicitude. Para analisar se o agente incorreu em uma destas causas, é necessário que se tenha conhecimento jurídico, sendo assim, esta é uma questão de direito a ser decidida.

O jurado por ser leigo e não ter o mínimo de conhecimento, com certeza não sabe quais são estas causas que excluem a ilicitude, e mesmo que o promotor e a defesa ou o Juiz Presidente explique, este não será capaz de entender perfeitamente, e muito menos estará apto a decidir se o réu no momento da prática do crime agiu mediante uma causa excludente de ilicitude, certamente porque o jurado não sabe sequer o que vem a ser ilicitude, quem dirá suas causas excludentes.

Até quando decide por uma causa de diminuição de pena apresentada pela defesa, ou qualificadora do crime imputada pelo representante do Ministério Público, o jurado resolve questão de direito. Se estas causas não são questões de direito, o que seriam então? Julgar sem saber o que se está julgando é algo muito sério, ainda mais quando se trata da liberdade de um sujeito. Por isso, deve ser incumbido desta missão alguém que esteja preparado, que tenha o conhecimento técnico exigido para julgar com imparcialidade, sabedoria, e efetivamente fazer justiça.

“Não estando os jurados, portanto, devidamente preparados, não poderão julgar com eficiência”.²¹⁰

Além dos jurados não serem aptos para julgar de forma correta e justa, o nosso sistema que tem sua origem no sistema francês, prevê a formulação de vários quesitos, o que complica ainda mais a situação de um juiz leigo. Para evitar a controvérsia que gera entre os quesitos e a confusão que causa na cabeça dos jurados, deveria o Brasil adotar a formulação de quesito único, como nos sistemas inglês e norte-americano.²¹¹

A última reforma ocorrida no procedimento do Júri, através da Lei 11.689/08, melhorou a complicação quanto aos quesitos, porque se incluiu o quesito onde pergunta ao jurado se ele absolve o acusado, no entanto, por mais que o artigo 482, parágrafo único do Código de Processo Penal afirme que os quesitos deverão ser elaborados em

²⁰⁹ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Questões processuais penais controvertidas**. 4. ed. São Paulo: Leud, 1995. p. 299-300.

²¹⁰ Idem. p. 300.

²¹¹ NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Questões processuais penais controvertidas**. 4. ed. São Paulo: Leud, 1995. p. 300.

afirmativas simples e distintas, ocorre bastante confusão na cabeça dos jurados no momento da votação, tanto é que o próprio Código de Processo Penal prevê em seu artigo 490 a possibilidade de contradição nas respostas dos jurados quanto aos quesitos, devendo neste caso, o Presidente submeter novamente à votação destes quesitos.

Além disso, apesar da doutrina entender que ao ser submetido pelo Tribunal do Júri o réu é julgado pelos seus pares, o juiz togado “é o único preocupado em repudiar a impunidade, aplicando a lei ao caso concreto. O júri é um pólo da justiça sem lei”.²¹²

Foram feitas pesquisas em diversos lugares e na maioria verificou-se que a maior parte das decisões do Tribunal Popular é equivocada. A Universidade de Chicago afirma que a cada quatro decisões do Júri, uma está errada.²¹³

No capítulo onde foi feita uma comparação entre os diversos países que adotam o Tribunal do Júri, viu-se que na Escócia existe um terceiro tipo de veredicto que é o “não provado”, além do “culpado” ou “inocente”. Seria interessante a adoção deste quesito “não provado” também no Brasil, haja vista que alguns jurados que ficam na dúvida quanto ao cometimento do delito pelo réu por falta de provas, tendem a condenar, pois por estarem despreparados, acham que agindo assim estarão fazendo justiça e indo contra a impunidade. A adoção explícita deste quesito influenciaria os jurados a pensarem melhor neste aspecto.

Viu-se também que no Canadá a sua Declaração de Direitos prevê que o acusado deve ser submetido a um julgamento além de justo e público, realizado por um tribunal imparcial e independente, não fazendo referência ao Júri. Pode-se então afirmar que não necessariamente um julgamento justo e independente deva ser feito pelos jurados, ou seja, por seus pares, principalmente nos dias atuais. Até porque, é mais provável que este julgamento seja injusto e independente, diferentemente do proferido por um juiz de direito.

Nos Estados unidos, as partes podem fazer perguntas aos jurados sobre temas variados, de modo a conhecer, de antemão, seus posicionamentos interiores para então poder recusá-los. Seria interessante a adoção desta técnica no Brasil porque assim conheceria um pouco melhor o jurado que irá compor o Conselho de Sentença, pois saber apenas sua profissão é muito vago para poder aceitá-lo ou recusá-lo. Normalmente, a defesa e a acusação olham para a cara do jurado e tenta adivinhar qual deve ser o seu entendimento, ou até mesmo, tentam escolher aquele que aparenta pelo rosto ser mais fácil de convencer.

²¹² NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri:** princípios constitucionais. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p.183.

²¹³ Idem. p.184.

O Júri nos Estados Unidos e na Inglaterra são criticados por ter um julgamento moroso, mas nunca por ser um tribunal que decide de forma ilegal e injusta.²¹⁴

Analizou-se também que em Portugal, os juízes togados e leigos conversam entre si, expondo as razões que os levam a votar num ou noutro sentido, até chegarem ao momento da votação. Alguns doutrinadores afirmam que por isso não é um Tribunal do Júri, mas sim um escabinado.

Se adotassem no Brasil o procedimento adotado em Portugal, no qual o juiz togado conversa com os leigos, que expõem suas razões, ocorreria afronta ao princípio da incomunicabilidade dos jurados. No entanto, este princípio é previsto no Código de Processo Penal, e por isso, pode ser revogado através de uma lei ordinária.

O que não pode acontecer é que seja ferido o sigilo das votações, e como já analisado detalhadamente em momento anterior, o sigilo preservado pela Constituição Federal de 1988 é inerente apenas ao exercício do voto. O jurado pode conversar com o magistrado, expor sua opinião, tirar dúvidas, mas não necessariamente ele irá abrir o seu voto, ou votar de acordo com o que expôs, até porque com esta conversa com o Presidente, o jurado pode mudar o seu entendimento.

No entanto, a modificação principal e necessária que deve ocorrer no Tribunal do Júri é a motivação das decisões proferidas pelos jurados, pois diante de tantas afrontas às garantias do réu, da defesa, da própria sociedade e de todas as justificativas já expostas, sabe-se que a falta de fundamentação “trata-se, evidentemente, da consagração do arbítrio, colocando o Tribunal do Júri em oposição ao regime democrático”.²¹⁵

Sem a fundamentação da decisão, não tem como controlar a legitimidade do julgamento e dessa forma, como afirmou Frederico Marques, continua o Júri sendo apenas um espetáculo, sem fazer justiça, haja vista que os jurados têm a permissão de julgarem através de qualquer elemento.²¹⁶

A Instituição confronta com o garantismo jurídico, pois o sistema dá ao acusado em processo penal garantias enormes que se contradizem totalmente com a desnecessidade de fundamentação das decisões.

Conforme verificado no capítulo 3 deste trabalho, caso os jurados fundamentassem o seu voto, não haveria afronta à Constituição Federal, portanto, deve uma

²¹⁴ NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. p.195.

²¹⁵ Apud. STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do Júri: símbolos e rituais**. 1. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993. p.171.

²¹⁶ Apud. STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do Júri: símbolos e rituais**. 1. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993. p.171.

lei ordinária revogar o procedimento no sentido de que os juízes leigos possam fundamentar o seu voto, haja vista que a Constituição garantiu à lei ordinária a competência de organizar o Júri.

Nassif salienta a responsabilidade da incumbência de julgar:

Deve-se levar em consideração que “a função de julgar não se resume a uma decisão ou ao ato de sentenciar. Julgar não é tarefa fácil, pois que pode modificar vidas, contribuindo para uma integração ou marginalização sociais definitivas, com conseqüências indeléveis”.²¹⁷

Sendo o julgamento um ato que pode modificar vidas, não deve ser ele isento de fundamentos, permitindo que os jurados julguem de acordo com a sua íntima convicção. Eles devem demonstrar a razão daquele voto.

Em um modelo de Estado Democrático de Direito, garantista e secularizado, dificilmente poderá permitir que se continue a julgar sem a devida justificação.²¹⁸

Conforme já demonstrado, o Júri teve como objetivo principal para a sua criação diminuir o poder do Estado. No entanto, o Poder Judiciário não tem que atender mais as vontades do Rei como na época em que foi criado, onde imperava a Monarquia, pelo contrário, hoje ele é um órgão independente, que não necessita mais desta forma de participação direta do povo na administração da justiça. Além de não precisar mais desta participação, não é compatível com a Constituição Federal e o Processo Penal contemporâneo esta participação sem a devida fundamentação.

O Júri não é uma instituição superada, ele apenas deve ser aperfeiçoado para que se adéqüe aos dias de hoje.

²¹⁷ NASSIF, Aramis. **O Júri Objetivo**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 80.

²¹⁸ STRECK, Lênio Luiz. **Tribunal do Júri: símbolos e rituais**. 1. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1993. p.173.

CONCLUSÃO

Afirma José Frederico Marques que “a criminalidade aumenta em progressão geométrica. A desfaçatez de delinqüentes perversos e perigosos cria uma atmosfera de insegurança e intranqüilidade, nociva ao equilíbrio social e perturbadora da vida em comunhão”.²¹⁹ Neste sentido, a sociedade se vê descrente no processo penal brasileiro, tornando-se necessário o aprimoramento dos procedimentos para que estes possam se tornar eficientes.

Diante desta ineficiência do sistema penal, é preciso avaliar a forma com que o Júri tem julgado os crimes dolosos contra a vida.

O Tribunal do Júri não funciona hoje da forma mais adequada para julgar a prática de crime doloso contra a vida, porque conforme demonstrado neste trabalho, o Júri julga através de juízes leigos, compostos por segmentos bem definidos. Não bastasse isso, os jurados são despreparados e não possuem o mínimo de conhecimento técnico para realizar o julgamento. Estes sequer acompanham o processo durante a fase preliminar, só vindo a ter conhecimento do caso no dia do plenário, e por isso, ficam ligados apenas ao que é trazido pela defesa e pela acusação durante os debates.

O julgamento pelo Tribunal Popular está sendo centrado na dúvida e incerteza, haja vista que suas decisões são sujeitas aos erros do procedimento atual, bem como às influências externas.

Diante desses e outros defeitos, é preciso que se tenha um controle maior das decisões emitidas pelos jurados, pois sendo estes jurados leigos, é preciso averiguar com que fundamento o cidadão foi julgado, não bastando saber apenas que o Conselho de Sentença usou de seu bom senso e íntima convicção.

Além disso, o jurado não sofre nenhuma responsabilização de seu voto, a não ser na esfera criminal em caso de prevaricação, podendo então o seu voto ir muito além do que foi discutido e demonstrado nos elementos probatórios.

Sendo assim, necessária é a fundamentação das decisões proferidas pelos jurados, para que não só o réu, mas toda a sociedade verifique se este julgou com imparcialidade e justiça.

²¹⁹ MARQUES, José Frederico. **A instituição do júri**. Campinas: Bookseller, 1997. p. 25.

Decidir nos dias de hoje sobre a liberdade de um indivíduo sem a devida fundamentação é puro arbítrio. Não se pode permitir que um cidadão seja julgado através de qualquer elemento.

A democracia exercida pelos jurados é meramente formal, não sendo mais necessária nos dias atuais. O Tribunal do Júri foi criado com o intuito de minimizar o poder da Monarquia, e, sendo hoje o Judiciário um órgão independente, esta democracia formal de nada tem importância. Mas, se mesmo assim, querem que o povo continue participando da administração da justiça, que participe de forma responsável, onde são obrigados a justificarem suas decisões, e não como bem quiserem, a partir de algo que nem mesmo está no processo.

Em uma era em que se exigem especialização até do juiz de direito, não se pode confiar um julgamento a pessoas sem conhecimento técnico mínimo, que não precisam fundamentar nada do que é decidido.

Sabe-se que o Tribunal do Júri é alvo de grandes críticas, mas até hoje existe nas legislações. Mesmo com os defeitos, não se pode afirmar que a Instituição está ultrapassada.

Estes defeitos existentes não devem ser demonstrados para justificar a sua extinção, pelo contrário, devem ser revistos para que o Tribunal do Júri seja adequado à realidade da sociedade.

Assim, reclamam os ideais de justiça, o mais amplo aperfeiçoamento do Tribunal do Júri, a fim de que se adéqüe ao mundo moderno.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ricardo Vital. **O júri no Brasil: aspectos constitucionais**. São Paulo: Edijur, 2005.

BARBOSA, Rui. **O júri sob todos os aspectos**. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1950.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: SENADO FEDERAL 2008.

BRASIL. **Decreto Lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

FARIAS, Ângela Simoes. **Condenar ou absolver: a tendência do júri popular**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FERNANDES, Humberto. **Princípios constitucionais do Processo Penal brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.

GOMES, Luiz Flávio. **Comentários às Reformas do Código de Processo Penal e da Lei de Trânsito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

LOPES JÚNIOR, Aury. **Introdução crítica ao Processo Penal: fundamentos da instrumentalidade garantista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MACIEIRA, Antônio. **Do Júri Criminal**. Lisboa, Imprensa Nacional, 1914,

MARQUES, José Frederico. **A instituição do júri**. Campinas: Bookseller, 1997.

MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. Campinas: Millenium, 2003. vol. III.

MARREY, Adriano; FRANCO, Alberto Silva; STOCO, Rui. **Teoria e prática do júri**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MOSSIN, Heráclito Antônio. **Júri: crimes e processos**. São Paulo: Atlas, 1999.

NASSIF, Aramis. **O Júri Objetivo**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

NOGUEIRA, Paulo Lúcio. **Questões processuais penais controvertidas**. 4. ed. São Paulo: Leud, 1995.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Júri: princípios constitucionais**. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999.

SILVA, Wellington César. **Tribunal do Júri: entre a soberania e a falta de conhecimento dos jurados**. Disponível em:
<<http://www.netlegis.com.br/index.jsp?arquivo=detalhesNoticia.jsp&cod=34068>>. Acesso em: 10 set. 2008.

STRECK, Lenio Luiz. **Tribunal do júri: símbolos e rituais**. 4. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

TUCCI, Rogério Lauria. **Tribunal do Júri: Estudo sobre a mais democrática instituição brasileira**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.